

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

ROBERTA NABUCO DE OLIVEIRA

**O PATRIMÔNIO CULTURAL DA BASE NAVAL DA ILHA DA RITA/SFS: DEFESA,  
SEGURANÇA NACIONAL E O PERIGO ALEMÃO NA PRIMEIRA METADE DO  
SÉCULO XX**

JOINVILLE

2013

ROBERTA NABUCO DE OLIVEIRA

**O PATRIMÔNIO CULTURAL DA BASE NAVAL DA ILHA DA RITA/SFS: DEFESA,  
SEGURANÇA NACIONAL E O PERIGO ALEMÃO NA PRIMEIRA METADE DO  
SÉCULO XX**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville, na linha de pesquisa em Patrimônio e Memória Social. Orientadora: Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes.

JOINVILLE

2013

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

O48p Oliveira, Roberta Nabuco de  
O patrimônio cultural da base naval da Ilha da Rita/SFS: defesa, segurança nacional e o perigo alemão na primeira metade do século XX / Roberta Nabuco de Oliveira ; orientador Dra Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes – Joinville: UNIVILLE, 2013.

83 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio cultural. 2. Marinha do Brasil. 3. Ilha da Rita/SFS. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo (orient.). II. Título.

CDD 363.69

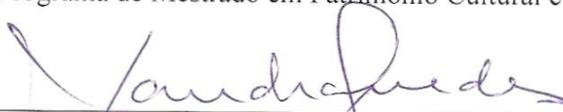
## Termo de Aprovação

“O patrimônio cultural da base naval da Ilha da Rita: defesa, segurança nacional e o perigo alemão na primeira metade do século XX”,

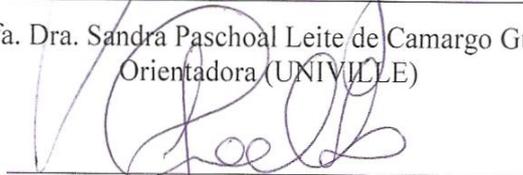
por

Roberta Nabuco de Oliveira

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

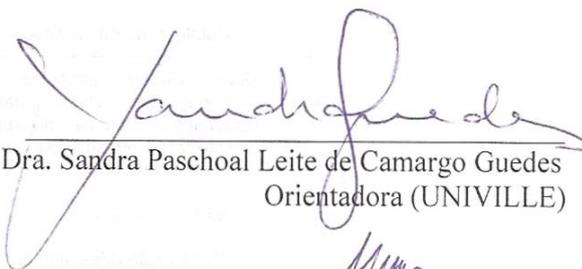


Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes  
Orientadora (UNIVILLE)

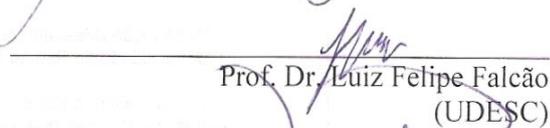


Profa. Dra. Ilanil Coelho  
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

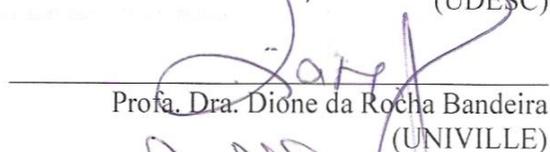
### Banca Examinadora:



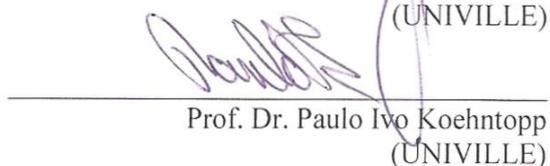
Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes  
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão  
(UDESC)



Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira  
(UNIVILLE)



Prof. Dr. Paulo Ivo Koehntopp  
(UNIVILLE)

Joinville, 26 de fevereiro de 2013.

*Dedicatória*

*À minha querida Antônia, para quem parte do meu tempo e dedicação se voltam, pois tudo que realizo se faz no sentido de oferecer a ela as melhores condições espirituais e materiais existentes, com o desejo de que sejas feliz e se torne uma pessoa engajada no meio em que vive, para que dessa forma possa sempre levar consigo o desejo de fazer um mundo melhor!!*

*Com amor! Mamãe.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha filha Antônia e minha família: Mãe, Baldur, Pai, Raquel, Bá, Rody, Jana, Rafa, Débora, Paulo, Maria Luiza, essenciais na minha formação e por todo esse amor que carrego dentro do meu coração. Ao meu namorado querido: Marcio, por estar sempre ao meu lado me dando força e carinho, como assim também agradeço a sua família: Silvia, Marcos, Eli, Elaine, João, Marcel, Vânia, David, Dora, Jonathan, Daniel, Gabriel e Julia. Aos meus queridos amigos Victor, Clarita e Fátima, pelos ensinamentos éticos e de amor, na busca de um mundo mais justo. Ao querido Bruno, pelos muitos cafés, palavras de ânimo e carinho! Klênio também querido, e que venham muitos ALAS!! A Day, pela amizade e força não apenas na vida pessoal, mas também na revisão dessa dissertação. Em especial a Andréa, Ana, Etienne, Jean e Charles pelos conselhos e carinho nos momentos tão difíceis.

Aos demais amigos e amigas, obrigada pela paciência ao longo desses dois anos e por entenderem a minha ausência em momentos importantes de vossas vidas. Porém, saibam que tudo fora feito a fim de buscar o meu aperfeiçoamento profissional e humano, na ânsia de aumentar o campo em que se embasam as minhas argumentações críticas do mundo que nos cerca.

Aos colegas de Mestrado que abrilhantavam as noites de quinta e sexta-feira, juntamente os professores, com os quais em acaloradas discussões e risadas vivenciamos a própria construção de saberes por meio da coletividade. Com muito carinho assinalo todos aqui: João, Daniele, Nelson, Antônio, Valdinei, Gilmar, Elândia, Silvio, Eliziane, Christiane, Jailson, Murilo, Adilson, Natasha, Jean e Etienne. Em especial, a Fernanda e a Cibele, que foram parceiras de turma, de grupo de estudos, e de projeto de pesquisa: obrigada pela amizade, pelas discussões, vivências e ajuda, vocês foram essenciais para que essa pesquisa se desenvolvesse!

Aos Professores queridos, não só do Mestrado, mas todos aqueles que contribuíram para a minha formação desde a infância. Deixo aqui a minha profunda admiração! Pois fora esta profissão que também escolhi para seguir com muita dedicação e carinho!

Ao Professor Fernando Cesar Sossai e minha orientadora Sandra Guedes, que me proporcionaram a oportunidade do estágio no curso de História, momentos muito especiais

neste primeiro contato que tive com a docência no Ensino Superior. Agradeço às turmas do 1.º e 4.º ano de 2012, nas disciplinas de Introdução ao Estudo da História e História do Brasil IV, respectivamente. Obrigada pela disposição e participação nos temas tratados.

Às secretárias do Mestrado, Rosemeri e Bruna. E aos servidores dos arquivos onde pesquisei tanto pelos atendimentos presenciais, quanto à distância, utilizados nesta pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa de Estudos Interdisciplinares sobre Patrimônio Cultural – GEIPAC: Thiago, André, Jeferson, Daia, Laércio, Diogo, Misleine, Filipe, em especial ao Ronald pelas fontes preciosas.

À Equipe do Projeto “O Patrimônio Cultural da Ilha da Rita/SC: estudos prévios para sua revitalização e preservação”: Prof.<sup>a</sup> Sandra, Prof.<sup>a</sup> Dione, Arquiteta Roberta, Prof. Claudio, Prof. João, Prof.<sup>a</sup> Karin e demais alunos.

À Univille, pela oportunidade oferecida de cursar o mestrado a partir da concessão da bolsa de PIBPG, durante os anos letivos de 2011 e 2012.

Aos oficiais e servidores responsáveis pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Marinha – DPHM. Obrigada pela presteza e gentileza ao me auxiliarem na busca dos documentos oficiais sobre a Base Naval da Ilha da Rita – principalmente ao Capitão Tenente Ricardo Guimarães – assim como o fornecimento da digitalização desses documentos tão ricos e importantes da História do nosso país.

Ao pessoal do Museu Histórico de São Francisco do Sul. Ao Museu Nacional do Mar, e à gentileza de Cleonice, diante do rico acervo bibliotecário da instituição. À Colônia de Pescadores Z-02, em especial a Delmira, que com muito cuidado preserva documentos quase centenários da colônia, e que mesmo com alguns contratempos no dia da consulta ao acervo me atendeu prontamente. Em especial a Andrea de Oliveira, pela foto dos integralistas em São Francisco do Sul. Assinalo aqui que os documentos encontrados nestes locais foram a base para a construção desta dissertação.

Aos meus queridos e amados alunos da E. E. B. Osvaldo Aranha e do Instituto Federal de Santa Catarina, obrigada pelos ensinamentos!

E, aos professores da banca: Dione Bandeira, Felipe Falcão, Paulo Ivo Koentopp e minha orientadora Sandra Guedes, um agradecimento especial, pelas considerações a respeito deste trabalho: muito obrigada!

***Memória***

*carmen*

*carmosina*

*carminalina*

*tantas coisas correm*

*no tempo de hoje*

*e o relógio imaterial*

*do coração*

*é de uma pelúcia acinzentada*

*envolto em cristalina aura*

*a que chamamos de memória.*

*Victor de Chevalier.*

## RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo levantar novas questões históricas que se relacionassem com a Base Naval da Ilha da Rita/São Francisco do Sul, no sentido de apreender o universo material e simbólico que envolve suas memórias e percebê-la enquanto um Patrimônio Cultural que deve ser protegido e preservado. A defesa aqui se desenhou por meio da historicidade e de importantes elementos políticos e sociais a que este local está relacionado. Uma revisão bibliográfica sobre os temas aqui tratados foi feita tendo como foco a interdisciplinaridade da compreensão do Patrimônio, contemplando as áreas da História, das Ciências Sociais e das Relações Internacionais, juntamente com o levantamento e a análise de documentos escritos e iconográficos. O cruzamento dessas informações possibilitou apontar elementos que atestam que as preocupações relacionadas à ideia de um “perigo alemão” no Brasil culminaram em ações das Forças Armadas para com a região Nordeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, sendo a idealização e concretização da Base Naval da Ilha da Rita, parte da emergência dessa preocupação com os núcleos germânicos no sul do país. Nesse sentido, fora possível afirmar que a efetivação de uma Base Naval na Ilha da Rita esteve relacionada à montagem de um sistema de vigilância e controle sobre a região, por meios militares, diplomáticos e de educação, o qual versou sobre condições internas frente ao cenário político internacional no período analisado. Tem-se que os dados apresentados nesta dissertação transformam substancialmente a história da Ilha da Rita e o seu significado no contexto histórico brasileiro, passando-a de uma simples base naval de abastecimento para um ponto estratégico da política de defesa brasileira, inserindo-a em um dos momentos mais marcantes da história das populações de imigrantes da região: tanto na questão nacionalista do período, quanto de um medo em relação ao chamado “perigo alemão”. Esses elementos históricos se somam a tantos outros significados da Ilha da Rita, no reconhecimento da necessidade de práticas de preservação das memórias e estruturas deste Patrimônio Cultural.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural; Marinha do Brasil; Defesa; Segurança Nacional; “perigo alemão”.

## ABSTRACT

The present work aimed to raise new historical questions related to the Naval Base on the island of Rita / São Francisco do Sul in order to grasp the material universe and the symbolic that surround the memories and notice it as a Cultural Heritage that should be protected and preserved. The defense here was designed by historicity and important social and political issues to which it is related. A literature review on the topics covered here was made focusing on the interdisciplinary understanding of Cultural Heritage, taking History, Social Sciences and International Relations areas along with the survey and analysis of written and iconographic documents. The intersection point of these information possible evidences that the concerns related to the idea of a "German danger" in Brazil, ended up in Armed Forces actions toward the Santa Catarina northeast area, in the first half of the twentieth century, with the idealization and implementation of the Naval Base Rita Island, part of the emergence of this concern with the nuclei Germanic in the south. In this sense, we could say that the execution of a naval base on the island of Rita was related to the building of a system of monitoring and control over the area by military, diplomatic and education means, which revolved around about internal conditions facing the international scene in the analyzed period. the presented data in this dissertation substantially transform the history of Rita island's and it's meaning in the context of Brazilian history, from a simple naval base to supply of a strategic point of Brazilian defense policy, introducing themselves into one of the most remarkable history of immigrant populations in the region: in the nationalist question period, as a fear of the so-called "German danger". And these historical elements add up to so many other meanings of the island of Rita, in the acknowledgement of the need for conservation practices and structures of the memories of this Cultural Heritage.

Keywords: Cultural Heritage, Navy of Brazil, Defense, National Security and "German danger".

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da vista aérea da Base Naval Ilha da Rita/SFS.....	21
Figura 2 – Mapa da localização geográfica da Ilha da Rita.....	22
Figura 3 – Foto do Pórtico da Base Naval da Ilha da Rita/SFS em 1940.....	24
Figura 4 – Foto do Prédio de Guarnição e alojamento da Base Naval da Ilha da Rita: vista externa com detalhes da degradação natural e antrópica.....	25
Figura 5 – Foto do interior do Prédio de Guarnição e alojamento da Base Naval da Ilha da Rita: com detalhes da degradação natural e antrópica.....	25
Figura 6 – Foto do Painel da exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul – Ilha da Rita e Ilha da Paz.....	28
Figura 7 – Foto do Painel da exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul - Presidente Getúlio Vargas em São Francisco do Sul.....	29
Figura 8 – Foto do jogo de talheres utilizados no jantar oferecido ao Presidente Getúlio Vargas na ocasião da inauguração da Base Naval em 1940, da exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul.....	30
Figura 9 – Foto do manequim vestindo o uniforme da Marinha do capitão Álvaro Pereira do Cabo na exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul.....	30
Figura 10 – Foto dos oficiais da Marinha em instruções de civismo em visita a uma das escolas da Colônia de Pescadores Z-02, em São Francisco do Sul, na década de 1920.....	51
Figura 11 – Foto de uma das escolas da Colônia de Pescadores Z-02 em São Francisco do Sul, na década de 1920.....	52
Figura 12 – Foto do Grupo de Escoteiros do Mar da Colônia de Pescadores Z-02, na década de 1920. ....	53
Figura 13 - Folheto educativo elaborado pela Marinha, durante a Segunda Guerra Mundial, para distribuição junto aos pescadores do litoral brasileiro sobre como identificar um submarino alemão.....	54
Figura 14 - Foto de um Grupo de Integralistas em São Francisco do Sul em frente a Igreja da Gamboa. ....	71
Figura 15 – Foto de uma possível sede da Ação Integralista Brasileira e do Partido Nazista, década de 1930, no interior de Santa Catarina, onde se percebe ao lado, uma bandeira da Alemanha.....	72

## LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DOPS	Delegacia de Ordem Política Social
DPHM	Departamento do Patrimônio Histórico da Marinha
FN	Fuzileiros Navais
GEIPAC	Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LHO	Laboratório de História Oral
MPCS	Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
PIBPG	Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação
SDM	Serviço de Documentação da Marinha
SC	Santa Catarina
SFS	São Francisco do Sul
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PATRIMÔNIO CULTURAL: PROCESSOS E SIGNIFICAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>16</b>
2.1. Patrimônio e Preservação.....	19
2.2 Ilha da Rita: um objeto de estudo.....	21
2.3 Diferentes abordagens sobre a Ilha da Rita.....	27
<b>3 A BASE NAVAL DA ILHA DA RITA: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE DESESA E SEGURANÇA NACIONAL.....</b>	<b>35</b>
3.1 Algumas questões teóricas: Estado Nação, Defesa e Segurança Nacional .....	36
3.2 Contextos Conflituosos na primeira metade do Século XX.....	41
3.3 A Defesa Militar na Costa Brasileira (1900 – 1920).....	44
3.4 Marinha, Educação e Defesa.....	49
3.5 As Forças Armadas e o “perigo alemão”.....	55
3.6 O Integralismo e o “perigo alemão”.....	69
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>
Bibliográficas.....	77
Documentais .....	81

## 1 INTRODUÇÃO

Patrimônio Cultural. O que essa palavra desperta em você? Bem, foi a partir desse Mestrado e dessa Dissertação que toda a discussão teórica que se dá em torno dessa palavra fez sentido para mim. E me sinto feliz por poder compartilhá-la aqui. Ah! O Patrimônio Cultural é importante por conta da identidade e da memória? Identidade? Memória? Quer dizer que ele pode dizer sobre quem eu sou? É isso mesmo! Não que meu nome esteja cravado nele, mas que a construção do meu “eu” faz parte de todos os processos já passados pela sociedade a qual estou inserida. Mas não é só isso, o Patrimônio Cultural traz algo que julgo extremamente fantástico que é a reflexão do presente e a possibilidade de selecionar o que vamos legar ao futuro. Pois, de certa forma, dependendo da reflexão que fizermos sobre o presente, estaremos marcando os nossos “eus” de amanhã! Ou seja, o Patrimônio Cultural não é apenas uma palavra, ou um conceito, mas nos remete a práticas, a processos de significação e de construção da realidade.

Desde pequena escuto me dizerem que gosto de “coisas velhas”! E, é isso mesmo, gosto de coisas velhas, sim! Desde pequena adorava visitar os museus da cidade, adorava subir nos sambaquis da região e quando olhava aquelas marcas nas pedras, emocionava-me ao pensar que alguém já esteve ali naquele lugar, muito, mais muito antes de mim! Ou, das peças dos museus, fascina-me aquele aspecto de que o tempo passou, mas também parou para que eu pudesse estar ali vivenciando aquela experiência.

Então, estudar algo que traria esses aspectos “antigos”, ruínas, marcas do tempo, documentos amarelados, seria a minha realização? Sim! De certa forma foi, mas junto aos momentos de realização houve muitos momentos carregados pela dúvida, não só sobre as minhas escolhas metodológicas, como das fontes encontradas, e do próprio ato de produção acadêmica que dependia de um arcabouço teórico do qual não tinha contato: a história, digo de ser uma historiadora de formação. Mas o que aprendi aqui é que o Patrimônio Cultural tem essa característica de ser um objeto capaz de possibilitar a experiência interdisciplinar, carregado de questões científicas e de significados individuais e coletivos: abrindo espaço para a socióloga, que aqui dialoga.

Essa experiência interdisciplinar proporcionada por essa pesquisa foi fomentada pelo Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação – PIBPG, por meio do curso de Mestrado

em Patrimônio Cultural e Sociedade – MPCSC, da Universidade da Região de Joinville – Univille. A concessão dessa bolsa de estudos foi que possibilitou a minha inserção no Grupo de Pesquisa: Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural – GEIPAC, que fazia uma grande pesquisa interdisciplinar envolvendo história, geografia, biologia e arquitetura em diferentes aspectos sobre a Ilha da Rita/SFS, seja ele material, imaterial, histórico, pré-histórico, natural e arquitetônico, para sua posterior intervenção e nova apropriação.

Todo esse trabalho se justifica no sentido de que na perspectiva que versa sobre a proteção de um Patrimônio Cultural, exige-se que seu agente responsável, no caso aqui a Univille, que detém a cessão sobre a ilha desde 1999, promova um estudo aprofundado e amplo do seu objeto, proporcionando subsídios para uma futura intervenção e para que ela esteja em consonância com anseios científicos e da população que vive em seu entorno.

A parte do projeto que coube à pesquisa aqui desenvolvida foi de entender a Ilha da Rita na sua caracterização enquanto uma base naval. Dessa forma, o entendimento proposto passa pela constituição do patrimônio histórico e cultural da ilha enquanto uma base militar e pela tentativa de desvendar os elementos formadores da idealização, concretização e finalização das atividades humanas ali empregadas por meio da Marinha do Brasil.

O início da pesquisa serviu para estabelecer o enfoque que seria dado diante das pesquisas já produzidas, no sentido de poder avançar os conhecimentos científicos sobre ela. Os indícios históricos sugeriam desvendar as motivações políticas que levaram o local a se constituir enquanto um ponto estratégico para as Forças Armadas, pois ao primeiro contato com a historiografia já se constata um crescente investimento em instalações militares na região no período em estudo.

O segundo direcionamento da pesquisa foi investigar as condições políticas e sociais do Brasil e da região a fim de contextualizar a constituição da Base Naval, no sentido de entender a situação local e apontar possíveis elementos preponderantes para a preocupação de defesa e segurança nacional, possibilitando, assim, um diagnóstico sobre as intenções e suas reais efetivações.

Diante desses questionamentos foram delineadas duas hipóteses que norteariam a pesquisa. São elas: de que a Base Naval da Ilha da Rita é um Patrimônio Cultural Nacional, e que a localização da base no litoral norte de Santa Catarina foi uma decisão estratégica importante no que tange às questões relacionadas à segurança nacional, na primeira metade do

século XX, devido às configurações étnicas presentes na região e não apenas por suas condições geográficas naturais. Essas configurações étnicas dizem respeito aos núcleos germânicos formados na região Sul e que foram considerados socialmente ameaçadores da Soberania Nacional, o chamado “perigo alemão”.

A escolha da metodologia para a pesquisa levou em consideração os objetivos vislumbrados pela pesquisa qualitativa. Uma ampla revisão bibliográfica sobre os temas aqui tratados foi feita, tendo como foco a interdisciplinaridade da compreensão do patrimônio, contemplando áreas do conhecimento de História, Sociologia e Relações Internacionais; proporcionando dessa forma bases teóricas conceituais diversas para os esclarecimentos científicos e um olhar mais amplo a respeito do objeto de pesquisa.

A compreensão do tema então foi feita a partir do diálogo estabelecido entre a bibliografia e a documentação manuscrita, impressa e iconográfica pertinentes ao tema que foram buscados em diversos arquivos do Brasil. Essa escolha metodológica se justifica pelo fato de fontes documentais escritas não terem sido suficientemente exploradas nos trabalhos já realizados relacionados a esse patrimônio (COELHO; S’THIAGO, 2001 e BOHN, 2010), que deram maior enfoque às fontes orais. Os arquivos selecionados foram: Biblioteca do Museu Nacional do Mar, Arquivo do Museu Histórico de São Francisco do Sul, Arquivo Histórico de Joinville, Arquivo do Estado de Santa Catarina, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Arquivo Nacional, Serviço de Documentação da Marinha – SDM, Biblioteca Nacional, Arquivos da Câmara Federal, do Senado e do Itamaraty, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Arquivos da Universidade de Chicago e documentos da Colônia de Pescadores Z-02. Foram consultados os catálogos *online* dessas instituições e realizada uma pesquisa presencial na maioria deles.

Com o intuito de fortalecer a compreensão do objeto da pesquisa foram também observadas entrevistas já realizadas por outras pesquisas a respeito da Ilha da Rita, entrevistas estas que se encontram no acervo do Laboratório de História Oral da Univille – LHO e do Arquivo Histórico de Joinville. Como a pesquisa faz parte de um projeto mais amplo, em que outros docentes e acadêmicos estiveram envolvidos, foram utilizadas entrevistas realizadas pelo grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Patrimônio Cultural, informações sobre as visitas técnicas ao local, aos trabalhos de campos, além de interações com a comunidade do entorno.

Para discutir os dados obtidos, a dissertação foi dividida em dois capítulos. O primeiro, intitulado “Patrimônio Cultural: processos e significações sociais”, qual consiste em discutir a importância do Patrimônio Cultural no contexto brasileiro contemporâneo e onde se destaca a importância da história para a preservação de bens culturais na sua forma material e simbólica. Dentro desse contexto é que há a apresentação de diferentes abordagens historiográficas relacionadas à Ilha da Rita e à sua constituição enquanto Base Naval, buscando evidenciar que os dados até então apresentados desconheciam aspectos considerados neste estudo de grande relevância para a história da defesa brasileira nas primeiras décadas do século XX.

O segundo capítulo, intitulado “A Base Naval da Ilha da Rita: elementos históricos de Defesa e Segurança Nacional”, aponta para algumas questões teóricas que giram em torno dos conceitos de Estado-Nação, Defesa e Segurança Nacional, sendo que a base teórica é que dá suporte à análise das fontes encontradas. Tendo por foco as estratégias que se relacionam à Marinha, apontam-se suas aspirações e limitações nas condições de pessoal e aparelhamento naval. Ao verificar que a efetivação de uma Base Naval na Ilha da Rita esteve relacionada à montagem de um sistema de vigilância e controle sobre a região, por meios militares, o qual versou sobre condições internas, frente ao cenário internacional da primeira metade do século XX, é possível conectar essas preocupações com a ideia de um “perigo alemão” no Brasil, particularmente com a região nordeste de Santa Catarina. Assim, entende-se que temas como educação e mobilizações políticas foram alvo de questionamentos para as ações das Forças Armadas no Brasil no período estudado. Ainda, a partir de evidências teóricas e documentais, aponta-se para a possibilidade de que o olhar e o receio para com os imigrantes alemães na região é reforçado por uma maciça adesão ao Integralismo nessas regiões, fazendo desse o último subitem deste capítulo.

Todas essas questões levantadas ao longo do estudo forneceram fundamentos significativos para apontar que elementos de ordem sociocultural ligado às preocupações políticas foram importantes para a escolha da Ilha da Rita como sede de uma base naval no sul do Brasil. Nota-se que ao levantar essas novas questões em relação a esse Patrimônio Cultural – no que se refere à ideia de um perigo alemão – amplia-se o conhecimento a que se refere esse patrimônio e o liga a importantes momentos da História do Brasil.

## 2 PATRIMONIO CULTURAL: PROCESSOS E SIGNIFICAÇÕES SOCIAIS

*A humanidade edificou seu espírito por todos os meios: técnicos e não técnicos; místicos e não místicos; servindo-se de seu espírito (sentido, sentimento, razão), servindo-se de seu corpo; ao acaso das escolhas, das coisas e dos tempos; ao acaso das nações e de suas obras e ruínas. - Marcel Mauss*

Os grupos humanos a partir de seus interesses produziram ao longo dos tempos ferramentas para exploração, meios de transporte, espaços de moradia, trabalho, lazer, contemplação, defesa e justificaram a intervenção por meio de preceitos morais, ideológicos, econômicos, sobrenaturais ou científicos, formando, assim, novas paisagens e culturas. Uma das possibilidades para se entender essas marcas no tempo e no espaço, atualmente, ocorre por meio do que é definido por Patrimônio Cultural.

Originalmente o termo patrimônio se referia exclusivamente a um bem individual/familiar, passado de geração a geração, mas na Modernidade o termo ganhou um novo *status*, agora também de dimensão coletiva. Essa ampliação do termo teve início na Europa, a partir do surgimento do Estado-Nação, por meio do princípio de igualdade e da cidadania (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 15). O fortalecimento da noção de pertencimento a uma nação esteve ligado, desde o século XVIII, aos valores étnicos e também culturais. O estabelecimento de uma língua oficial e um conjunto de símbolos nacionais passou a ser uma prática dos novos Estados. Assim, diante de novas formas de organização política, redefiniram-se novas relações com os bens culturais produzidos, e desde então diversas sociedades passaram a se utilizar de métodos de seleção que garantissem a manutenção de elementos “significativos” e “representantes”<sup>1</sup> da sua cultura.

Conceber esses processos de seleção e as marcas no tempo e no espaço significa, em parte, decifrar elementos explicativos da convivência social, pois hoje “o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem, e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva” (HARTOG, 2006, p. 266). Segundo Elias,

---

<sup>1</sup> Porém, nem sempre o significativo e representante agregava valores de todos os envolvidos. Tradicionalmente em muitos países do mundo as políticas voltadas à preservação patrimonial vivenciaram a eleição de patrimônios ditos nacionais associados a valores elitistas.

a maneira como cada um dos membros de um grupo vivencia o que quer que possa afectar os seus sentidos e o significado que atribui às suas percepções estão dependentes do padrão de saber atingido pela sociedade a que pertence no decurso do desenvolvimento histórico (ELIAS, 1997, p. 20).

A partir dessa percepção da qual se faz parte e se é influenciado por um todo maior, acorda-se com Hartog (2006) de que a noção de Patrimônio Cultural é própria das sociedades contemporâneas, faz parte da emergência de uma necessidade de buscar um passado que não volta mais, sendo o patrimônio “um recurso para um tempo de crise [...] e não é surpresa o seu surgimento diante das catástrofes do século XX, das numerosas rupturas, das fortes acelerações nas experiências do tempo vivido” (HARTOG, 2006, p. 272). Ou seja, questões que criaram crises de identidades e instabilidades.

Entendimento este que também é possível encontrar em Choay (2006) quando se propõe a discutir o que chama de “culto ao patrimônio histórico”, surgido desde o final do século XX, em que tal evento “se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2006, p. 12). Segundo a autora, o próprio século XX “forçou as portas do domínio patrimonial e lhe impôs novos significados”, no sentido de que “o patrimônio teria perdido a sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, a fim de garantir a recuperação de uma identidade ameaçada” (CHOAY, 2006, p. 241).

A atual definição de Patrimônio Cultural permite discutir e refletir questões importantes para a compreensão do mundo contemporâneo, como: propriedade cultural, consciência histórica, conhecimento, memória, identidade, cidadania, além das próprias noções de tempo. Essas novas questões dissociadas de práticas conservadoras e associadas à reflexão e a questionamentos se deve em parte à adesão dos órgãos definidores dos patrimônios nacionais à nova concepção de cultura da antropologia. Segundo Da Matta,

[...] [a] “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. (DA MATTA, 1981, p. 2)

E o maior impacto dessa nova abordagem patrimonial fora no sentido de conectar questões materiais e imateriais para a interpretação do que é definido como bens culturais, possibilitando o reconhecimento de uma variedade de significados a cada um deles, fazendo da percepção do que é Patrimônio Cultural uma eleição mais democrática. Ao encaixar a Ilha

da Rita nessa perspectiva, pretende-se contribuir para uma ampliação de histórias sobre esse determinado espaço, o que pode permitir novos usos e significados.

A cultura constitui a experiência humana no sentido de sempre enfatizar a discordância entre o ideal e o real, de tornar a realidade significativa ao expor seus limites e imperfeições, de misturar e fundir, de maneira invariável, conhecimento e interesse; ou melhor, a cultura é um modo de práxis humana em que conhecimento e interesse são uma coisa só (BAUMAN, 2012, p. 96).

Ao perceber as manifestações culturais sob essa ótica, é possível conectar todos esses processos que geram conhecimento e significados ao que Touraine (2007) chama de um novo paradigma, no qual coloca a cultura como responsável por tal emergência. Segundo o autor, os problemas culturais adquiriram tal importância que não podiam ser imaginadas pelas ciências sociais. Nos últimos dois séculos, passou-se de uma linguagem social da vida coletiva para uma linguagem cultural, trazendo à tona as noções de sujeito e de direitos culturais (TOURAINÉ, 2007).

O Patrimônio Cultural, materializado ou não, pode abrir probabilidades para algo totalmente inovador ou até mesmo evidenciar elementos esquecidos e precarizados pelo cotidiano. Pode também se tornar um valor econômico, diante do mundo ligado a uma economia de mercado, ou ainda, pode vir a satisfazer unicamente a necessidade de uma marcação da diferença, diante das disputas de poder da sociedade. A defesa desse estudo consiste em que a valorização do Patrimônio Cultural deve ser feita como um objeto para reflexão e questionamento da realidade, construindo e desconstruindo, significando e ressignificando objetos e manifestações culturais, seguindo assim o fluxo dinâmico do mundo contemporâneo. Mesmo que “a cultura não possa escapar totalmente às determinações tecnoburocráticas da época, como não pode escapar senão parcialmente às determinações econômicas” (MORIN, 1986, p. 99). Acorda-se com Morin no sentido de que a cultura pode vir a ser um antídoto para essas questões. Entende-se que a cultura não é uma simples reprodução de hábitos culturais, mas encerra a própria produção cultural que ocorre por meio dos processos de interação. Dessa forma, “a cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos” (EAGLETON, 2005, p. 184).

Nessa perspectiva, visualizar e conceber a Base Naval da Ilha da Rita enquanto um Patrimônio Cultural só se faz possível porque suas estruturas, histórias e representações que ainda estão presentes nos dias de hoje possibilitam a ativação de conhecimentos diversos no sentido de estimular uma percepção mais consciente da convivência em sociedade. Posto isso,

o estudo de elementos históricos no campo do Patrimônio Cultural visa a ações que levem a um desenvolvimento social por meio da cultura.

Não podemos separar a memória do projeto de desejar, criar, transformar e, portanto, construir uma duração para a vida social. Somos sempre as recapitulações de nós mesmos, ou seja, somos o resultado da nossa vontade de fazer sentido com tudo o que nos aconteceu; somos a projeção dessas intenções, dessas expectativas, das antecipações, mas também, dos atos de vontade que são sempre os projetos, das coisas a fazer (GALINDO, 2010, p. 3).

## 2.1 PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO

No Brasil, a promoção e a proteção do Patrimônio Cultural brasileiro são de responsabilidade do poder público e conforme a Constituição de 1988, tais ações devem contar com a colaboração da comunidade, pois, como afirma Fonseca (2009), são os processos de atribuição de valor que possibilitam compreender como são construídos os patrimônios e que justifica, portanto, a sua proteção. Segundo a autora, as políticas de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico têm sido historicamente implementadas pelos Estados Nacionais, no sentido da formação de uma identidade nacional (FONSECA, 2009). Essa prática política seletiva necessita encontrar um razoável grau de consenso junto à sociedade. “[...] a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade a qual se inserem”, sendo que “foi a partir dos anos [19]70 que no Brasil e no exterior percebeu-se essa mudança sensível nas políticas de preservação”.<sup>2</sup> (FUNARI; PELEGRINI, 2009 p. 59).

A institucionalização da proteção versa sobre sistemas de classificação e de instrumentos jurídicos. As classificações estão atualmente separadas em: Patrimônio Cultural Material, Patrimônio Cultural Imaterial e Paisagem Cultural. Entre os instrumentos jurídicos de proteção, têm-se o tombamento para bens imóveis, os museus para a guarda de acervos de bens móveis, o registro para o Patrimônio Imaterial, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, dentre outros, e recentemente, em 2011, a chancela de Paisagem Cultural para as consideradas porções peculiares do território nacional.

---

<sup>2</sup> É por essa razão que esse trabalho não se faz de modo isolado. O projeto como um todo também levará em conta as representações e as vontades da população do entorno para uma futura intervenção no local, pesquisa realizada pela também mestrandia Cibele Piva Ferrari dentro da concepção das Representações Sociais.

Para se definir os critérios institucionais utilizados faz-se necessário entender que há diferentes graus de abrangência. Sendo assim, o patrimônio pode ser de interesse internacional, nacional ou regional. A inserção de um bem cultural na classificação de abrangência internacional, atualmente, fica a cargo da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. No âmbito nacional, fica a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e dos governos estaduais e municipais. Cartas de convenções e leis específicas dão conta de dar suporte aos sistemas de classificação, proporcionando as relações de bens patrimoniais.

O início dessa descentralização e dos novos sentidos para a promoção e preservação do Patrimônio Cultural no Brasil ocorreram nas décadas de 1950 e 1960, impulsionados pelas grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e outros setores da administração pública, interessados pela questão, tiveram que recorrer a novas alternativas de atuação, nas quais “estado e municípios passaram a exercer uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais, e assumiram a proteção dos bens de valor regional” (FONSECA, 2009, p. 141).

Com o desenvolvimento dos princípios democráticos ao final do século XX no Brasil, o Patrimônio Cultural vai adquirir também um *status* de política pública, exigindo-se que a formulação das políticas também voltadas à cultura “deveriam estar ligadas constantemente a pesquisas científicas sobre a realidade social” (SOUZA, 2006, p. 22-23). Isso ocorreu a partir da Política Setorial de Cultura e Proteção do Patrimônio Cultural qual compreende objetivar o desenvolvimento da cultura e das artes em geral, vinculadas ou não ao fomento do turismo; e que tem por intenção estimular a criatividade da população, a defesa de identidades culturais municipais, a preservação do Patrimônio Cultural, a democratização do acesso aos valores culturais e a realização de festivais periódicos. A ideia emergiu numa perspectiva de que as ações públicas deveriam atentar para as discrepâncias sociais dadas pelos processos históricos anteriores.

À luz dessas mudanças vê-se fortalecer no Brasil as questões relacionadas à afirmação dos direitos sociais, dentre eles o direito cultural. Essas mudanças significativas da inserção de novos elementos sociais a políticas setoriais, como é o caso da cultura, vem reforçar a ideia de que

[...] a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade [...] é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais

consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (DI GIOVANNI, 2009, p. 5).

Portanto, ações que visem à proteção e preservação da Base Naval da Ilha da Rita necessitarão estar em consonância com essas perspectivas, políticas e normativas. Faz-se necessário definir não apenas os sistemas de classificação, mas também a forma de proteção e a sua abrangência cultural. A presente proposta histórica aqui defendida poderá ajudar nesses processos de definição patrimonial.

## 2.2 ILHA DA RITA: UM OBJETO DE ESTUDO

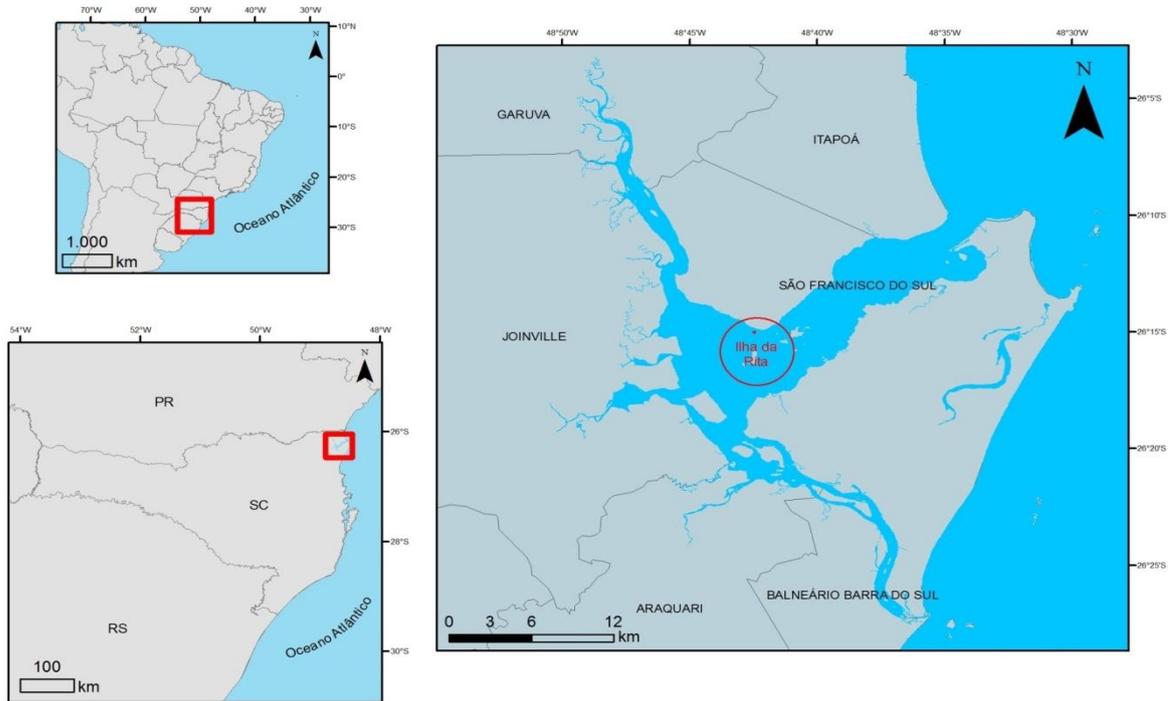
A Ilha da Rita (Figura 1) está localizada no município de São Francisco do Sul e integra a região nordeste de Santa Catarina, no sul do território brasileiro. É uma das 24 ilhas que compõem a baía da Babitonga, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 1 – Foto da vista aérea da Base Naval Ilha da Rita/SFS



Fonte: Universidade da Região de Joinville, 2001.

Figura 2 – Mapa da posição geográfica da Ilha da Rita



Fonte: André Lima – Centro de Cartografia Digital Unville, 2012.

A região da baía da Babiçonga possui uma diversidade de ecossistemas naturais de elevada relevância ambiental, abrigando áreas de restingas, mangues, campos de dunas, estuários, planícies marinhas, complexo de ilhas e uma rara vegetação preservada e rica em elementos botânicos e faunísticos. Suas características geográficas proporcionaram ao longo dos tempos a existência de portos naturais, facilitando assim a comunicação entre distintas populações. Tais características evidenciaram, junto a isso, laços comerciais e políticos.

Em São Francisco do Sul, a ocupação humana se deu de forma bastante diversificada. Populações de distintas origens étnicas se mesclaram produzindo ao longo dos tempos uma multiplicidade de campos simbólicos, deixando legados históricos e personificados no imaginário da população local. Ao entrar em contato com a historiografia da região, constataram-se desde ocupações pré-coloniais, grupos indígenas do contato (período de colonização), populações imigrantes de diferentes origens (franceses, espanhóis, portugueses, africanos, alemães), isso sem mencionar os processos de migrações do interior do país. Esses legados podem, de certa forma, serem revelados pelas marcas e expressões deixadas pelas intervenções no ambiente natural nos mais distintos períodos históricos: os sambaquis, os vestígios cerâmicos e de cultura lítica, as festas populares, as lendas, as estruturas arquitetônicas, os tipos de embarcações, os tipos de exploração dos recursos naturais, assim

como a própria degradação causada pela utilização do ambiente para fins econômicos, dentre outros.

As conexões sociais estabelecidas por essas populações culminaram na produção de uma diversa realidade cultural, na qual o encontro de diferentes olhares e saberes encerrou em instituir patrimônios culturais não só da região, mas também representantes de uma identidade nacional, sendo estes observáveis por uma série de bens históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Alguns deles são o Centro Histórico de São Francisco do Sul e a sede da única unidade do Museu Nacional do Mar (a qual abriga centenas de embarcações brasileiras). Há também um número significativo de sítios arqueológicos<sup>3</sup> pré-coloniais, principalmente de tipo sambaqui<sup>4</sup>, e históricos como: Morro Grande 1, 2 e 3, e Sítio Histórico Praia Grande, estando a Ilha da Rita imersa nesse contexto cultural.

A Ilha da Rita e a sua ligação com a Marinha teve início em 1918, quando esta adquiriu a ilha por meio de um contrato de compra e venda<sup>5</sup>. Contudo, foi somente em 1937 que as obras de construção da base tomaram corpo, sendo inaugurada em 1940, conforme pode ser observado na Figura 3, que tem como destaque o portal de entrada da base. Boa parte das construções ali realizadas utilizaram avançados conhecimentos técnicos para o período em questão, fazendo-se constante a vinda de especialistas do Rio de Janeiro para garantir a sua efetivação. Apesar das condições financeiras limitadas, foi possível realizar a instalação de tubos submarinos para captação de água na área continental próxima à ilha (Frias), a efetivação de grandes tanques combustíveis (água e óleo diesel), o armazenamento de carvão, além da construção de uma casa de guarnição e alojamento para os fuzileiros. As ações da Marinha estavam em consonância com as aspirações do governo federal no sentido de aparelhar as forças armadas no novo projeto de nação que se desenhava pelo discurso da ditadura do Estado Novo, tanto que a inauguração da base contou com a presença do então presidente da república Getúlio Vargas. Segundo dados oficiais, a Base foi utilizada de 1940 a 1967, quando, então, a Marinha assinalou para a sua desativação.

---

<sup>3</sup> Os monumentos arqueológicos e pré-históricos possuem uma legislação específica: Lei Federal n.º 3924/61.

<sup>4</sup> Na região da baía Babitonga, existem mais de 150 sítios arqueológicos denominados sambaquis.

<sup>5</sup> A Ilha foi adquirida de Francisco José de Almeida e sua esposa.

Figura 3 – Foto do Pórtico da Base Naval da Ilha da Rita/SFS em 1940



Fonte: SDM – Serviço de Documentação da Marinha – acervo iconográfico.

Atualmente as estruturas da Ilha da Rita estão passando por processos de degradação por fatores naturais (climáticos) e antrópicos (depredação) intensificados pela falta de manutenção acometida desde o final da década de 1960, segundo o próprio relatório da Marinha:

[...] esta delegacia mostrou a necessidade da desocupação da Ilha da Rita por militares do CFN [...] após a inspeção passada em 9/11/1965 o Exm. Sr. Comandante do 5.º DN, constatou a precariedade da manutenção das instalações e o conseqüente desgaste popular do conceito da MB decorrente do fato (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1967).

A realidade de degradação das estruturas da Base Naval da Ilha da Rita, conforme Figuras 4 e 5, não é uma exceção, mas sim a realidade de muitos patrimônios culturais que estão ou não sob a tutela do Estado, no Brasil e no mundo. A patrimonialização de um bem se intercala entre uma vontade e a dificuldade de manutenção, onde nem tudo pode ser preservado. A Ilha da Rita está localizada numa região que possui carências econômicas e dificuldade de acesso. As paredes do alojamento dos fuzileiros navais estão todas riscadas e assinadas por diversas pessoas que ali passaram nos últimos anos, como é possível observar na Figura 5. Os pisos de madeira serviram para alimentar fogueiras de acampamentos, sem falar de detalhes da arquitetura que não mais existem, além das infiltrações em todos os

cômodos devido à retirada do telhado por conta da desativação da base pela Marinha em 1967.

Figura 4 – Foto do Prédio de Guarnição e alojamento da Base Naval da Ilha da Rita: vista externa com detalhes da degradação natural e antrópica



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira, 2012.

Figura 5 – Foto do interior do Prédio de Guarnição e alojamento da Base Naval da Ilha da Rita: com detalhes da degradação natural e antrópica



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira, 2012.

O uso inadequado do espaço causara uma série de estragos nas estruturas. “[...] a destruição e a descaracterização do patrimônio edificado e urbanístico tem resultado em

situações catastróficas para as sociedades latino-americanas” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 35). Uma das saídas para esses problemas são os processos políticos disponíveis pelo Estado, mas que cada vez mais exigem olhares mais complexos para a sua efetivação.

[...] falar em políticas significa ir além dos conceitos, embora sempre os tendo como referência. Significa formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, realizar intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidades, demandas e recursos disponíveis. E, ainda que os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham, como de costume, enriquecer a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade (FONSECA, 2003, p. 75).

Ao se trabalhar com essas várias questões dos Patrimônios Culturais, seus valores históricos, estéticos, significados coletivos, funcionalidade e limitações, faz-se necessário questionar a importância de um tombamento ou de outras práticas de proteção presentes em leis. Dessa forma, vale a pena preservar, ou demolir as atuais estruturas e construir algo inteiramente novo no local?

Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir, ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e, conseqüentemente a preservação (FONSECA, 2009, p. 53).

A defesa aqui se faz na associação de diversos fatores: elementos históricos, processos de significação e construção de representações. Esses fatores devem partir das vontades das pessoas envolvidas com o bem, sejam elas: pesquisadores, representantes legais, populações e instituições ligadas às memórias do patrimônio em questão, e principalmente da própria população que vive em seu entorno. Essas associações podem gerar: novas relações sociais, novos olhares históricos, novos elementos intelectualmente estimulantes à reflexão, além de proporcionar atrativos econômicos e políticos. Sendo assim, a contribuição dessa pesquisa é de apontar novos significados históricos sobre a Ilha da Rita, pois entende-se que dessa forma cria-se novas relações com outros sujeitos, no caso aqui, proporcionará uma abrangência que se refere a elementos da História do Brasil.

Que relações manter com o passado, os passados, é claro, mas também, e fortemente, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de ver somente a ele: como, no sentido próprio do termo, o habitar? Que destruir, que conservar, que reconstruir, que construir e como? São decisões e ações que impõem uma relação explícita ao tempo. Quem se cega a tal ponto que não consegue vê-lo? (HARTOG, 2006, p. 264).

A partir deste ponto, sugere-se pensar: O que seria o Patrimônio Cultural da Base Naval da Ilha da Rita? A que aspectos culturais estaria relacionado esse patrimônio? E suas

estruturas, seus documentos e fatos históricos? Um primeiro olhar para as estruturas materiais da Ilha da Rita pode remeter momentaneamente a um patrimônio exclusivamente da Marinha, mas seu estudo mais aprofundado pode levar a outras dimensões históricas e sociais e assim sinalizar outros elementos das interações cotidianas desse espaço.

Toma-se consciência de que a compreensão do cenário atual da Cultura, do Patrimônio, da História, assim como das Ciências em geral, não é isento de relações de poder, ou seja, reconhece que há assimetrias entre os indivíduos e os grupos sociais e que elas também se configuram em decisões políticas. Então, com o olhar mais crítico, faz-se necessário ter em mente que tanto no universo acadêmico quanto na própria vivência cotidiana há certos desinteresses, por determinadas histórias, assim como de exaltação a outras.

### 2.3 DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A ILHA DA RITA

Então, o que é importante destacar sobre a Base Naval da Ilha da Rita? Pode-se referenciar as histórias da Rita que vinha a noite visitar os marinheiros, ou das festas de casamentos realizadas na Base, já que era o único local na Vila da Glória que tinha gerador de luz? Ou, ainda, falar sobre os navios que ali aportaram para o abastecimento de água e óleo diesel, os piqueniques, os acampamentos, o navio abandonado no trapiche? Ou se pode ter como foco às condições geográficas, a importância econômica do Porto, a visita do Presidente da República? Enfim, é uma pluralidade de histórias que se abre.

São essas indagações que indicam o prosseguimento da presente investigação por meio da descrição de algumas questões históricas já investigadas e que se fazem presentes em espaços de Memória e produções acadêmicas. O fomento de tantos questionamentos só reforça a ideia de quão complexas são as questões culturais:

[...] a cultura é a única faceta da vida e da condição humana em que o conhecimento da realidade e do interesse humano pelo autoaperfeiçoamento e pela realização se fundem em um só. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo (BAUMAN, 2012, p. 300, 301).

Na cidade de São Francisco do Sul, o contato com a história da ilha se dá por meio de uma sala do Museu Histórico, na qual um dos painéis, representado na Figura 6, faz referência à Ilha da Rita e à Ilha da Paz. Sobre a Ilha da Rita, o texto a descreve da seguinte maneira:

A ilha se localiza a 3,2 milhas do centro de São Francisco do Sul. Como base naval de abastecimento serviu também ao movimento portuário e contribuiu para o

desenvolvimento socioeconômico de São Francisco do Sul, na primeira metade do século XX.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial agregava mais uma função de considerável importância, a de excelente ponto estratégico militar de defesa.

Em, 1937, começaram as obras para transformar a Ilha da Rita, em base de abastecimento para navios, sob a coordenação do Capitão-Tenente Álvaro Pereira do Cabo. São construídos reservatórios de óleo combustível, água e carvão.

Em 8 de março de 1940, a base de abastecimento da Ilha da Rita é inaugurada com a presença do Presidente Getúlio Vargas.

Passado o perigo da guerra e com intensos problemas de manutenção, a base de abastecimento da Ilha da Rita foi desativada.

Em 1996, após anos de abandono, chamou a atenção da Universidade de Joinville – UNIVILLE, que vislumbrou no local excelência para ações pedagógicas voltadas a educação ambiental.

No ano de 1999, professores e pesquisadores e alunos da UNIVILLE iniciaram e até hoje desenvolvem estudos sobre flora e fauna marítima, climatologia, oceanografia, monitoramento das águas e mapeamento geológico da Baía Babitonga.

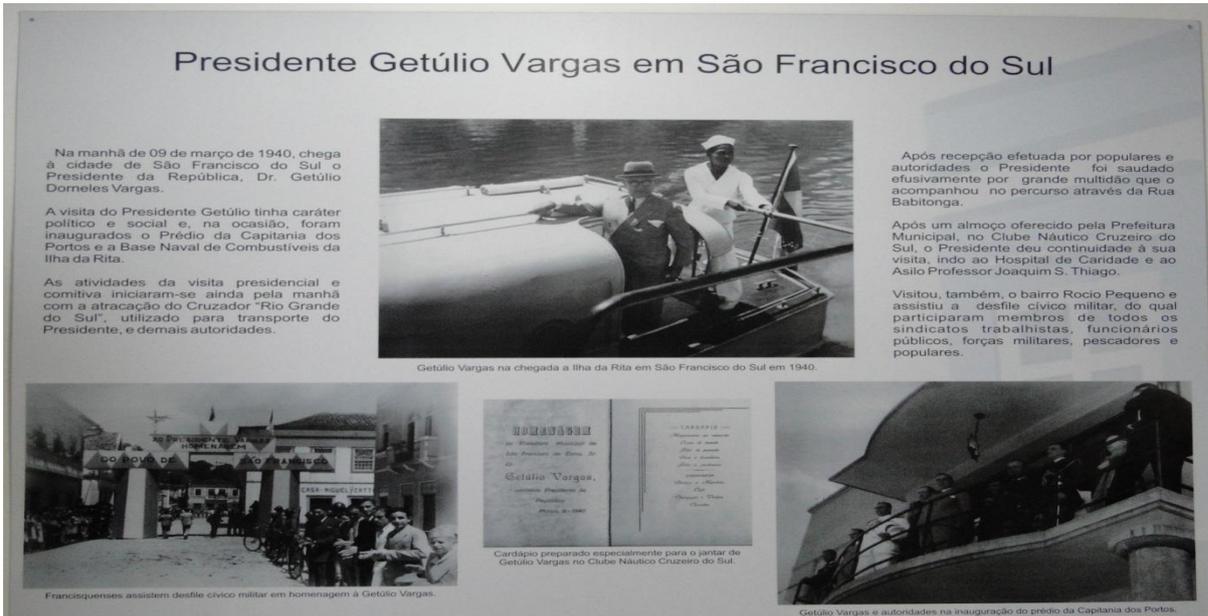
Figura 6 – Foto do Painel da exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul – Ilha da Rita e Ilha da Paz



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira, 2012

Na mesma sala em que a ilha está retratada encontra-se outro painel de mesma dimensão que documenta a visita do Presidente da República ao município, conforme pode ser visualizado na Figura 7.

7 – Foto do Painel da exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul – Presidente Getúlio Vargas em São Francisco do Sul



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira, 2012.

É importante salientar que a imagem de Getúlio Vargas apresenta significações muito fortes para a sociedade brasileira em geral. Tem-se que a experiência populista proporcionou uma faceta mítica ao então presidente, culminando numa espécie de redenção às críticas que incidiram sobre o autoritarismo e os elementos de repressão empregados durante o Estado Novo (1937-1945). Esse detalhe aqui apontado é reforçado por mais um detalhe da exposição, conforme Figura 8, em que os visitantes podem ver os talheres utilizados no jantar oferecido ao chefe da nação, por ocasião de sua visita à São Francisco do Sul para a inauguração da Base Naval. Nota-se ainda, conforme Figura 9, um manequim vestindo o uniforme do comandante Álvaro Pereira do Cabo e que é revestido da ideia de que fora responsável pela realização da obra no município, e que enfim agrega à exposição o caráter militar do período.

Figura 8 - Jogo de talheres utilizado no jantar oferecido ao Presidente Getúlio Vargas na ocasião da inauguração da Base Naval em 1940. Exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira – 2012.

Figura 9 – Uniforme do capitão Álvaro Pereira do Cabo. Exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira, 2012.

O “acervo museológico é sempre produto da atividade humana, da história, de relações de poder” (SANTOS, 2006, p. 126). Talvez aqui busca-se reviver momentos considerados gloriosos pelo município, de se evidenciar uma importância histórica no contexto nacional a fim de garantir a manutenção de uma imagem de prestígio por ter recebido um Presidente da República. Salienta-se que a importância da Ilha da Rita, que parece ser mostrada pela exposição do Museu Histórico de São Francisco do Sul, está muito mais ligada ao fato de ela ter propiciado ao município receber o presidente Getúlio Vargas do que a qualquer outra função que possa ter tido.

Outras pesquisas no universo acadêmico já exploraram a Ilha da Rita enquanto tema. Na perspectiva da história das paisagens há o trabalho de Ilanil Coelho e Raquel S’Thiago, cuja abordagem traz um novo olhar sobre a dimensão histórica: “Optamos pelo caminho da história das paisagens. Vertente nova na área de Ciências Sociais propõe-se estudar uma paisagem como resultado de uma constante elaboração moldada ao longo do tempo pela ação contínua dos homens” (COELHO, S’THIAGO, 2001, p. 50).

Produzida em 2001, após a aquisição da ilha pela Univille, o estudo que buscou aliar fontes documentais e orais, registrou o espaço a partir de uma valorização das mudanças na região proporcionadas pela inserção dessa instituição normativa de cunho militar no espaço físico e social praiano. Nesse aspecto, procuraram relatar a nova apropriação por parte da Univille: “a Universidade, pelos caminhos do conhecimento, aparece como mais um elemento de transformação” (COELHO; S’THIAGO, 2001, p. 50); apontam para o seu atual visual “solitário” em relação a outras ilhas que vivenciam a presença de banhistas, pescadores, atracamento de barcos e residências “aprazíveis”; resgata elementos históricos anteriores à aquisição da ilha pela Marinha; aponta as influências das duas guerras mundiais: “[...] talvez o governo brasileiro pressentisse, naquele momento, que o desfecho da primeira guerra mundial estava longe” (COELHO; S’THIAGO, 2001, p. 50); assim como a importância do abastecimento da água para o município de São Francisco do Sul, e o destaque do comandante Álvaro Pereira do Cabo e sua estreita ligação com o Presidente Getúlio Vargas.

Outros aspectos importantes de se destacar nesta pesquisa foram os dados levantados pelas entrevistas orais, o que evidenciou o convívio dos fuzileiros com os habitantes do Distrito do Saí, entre as décadas de 1940 e 1960:

[...] foi um tempo de grande animação, promovida pelo intercâmbio entre as diferentes culturas dos fuzileiros navais e a da população local. Bailes animados pelo conjunto musical formado pelos marinheiros eram realizados na ilha, e até hoje são lembrados com certo deslumbramento: havia gerador de luz e a festa bem iluminada conferia-lhe um clima frenético (COELHO; S’THIAGO, 2001, p. 54).

Ou se referir a histórias de assombração e lendas sobre a Ilha da Rita. Um dos “causos” descrito seria da aparição de uma moça, chamada Rita, e que alguns acreditam que daí tenha dado origem ao nome Ilha da Rita<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Quando a ilha foi adquirida em 1918, pela Marinha, chamava-se Vicente Pinto. Percebe-se pela análise das cartas náuticas existentes sobre a região, pesquisadas pelo Grupo de Pesquisas Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural, que foi por volta de 1924 que a ilha começou a assumir o nome de Ilha da Rita, já que na carta hidrográfica sobre o Rio São Francisco do Sul de 1924 (BRASIL, 1924) constam os dois nomes para a ilha: “Ilha Vicente Pinto ou da Rita”.

Era uma moça, cujo vestido, branco e comprido esvoaçava ao descer da escadaria, perturbando algumas das tranquilas noites do guarda, passadas na guarita, contemplando, quem sabe, o reflexo da lua ou o pulo de um ou outro peixe nas serenas águas da Babitonga. Ele sabia que era uma assombração. A moça passava e ia pela ponte afora. Ele ia atrás, mas ela sumia. Então, quando ele relatava para os outros, já a identificavam com a Rita. Essa é a Rita. (COELHO; S' THIAGO, 2001, p. 56).

As lendas sobre fantasmas de mulheres de branco são comuns na região da baía Babitonga. Ela (a assombração) aparece em diferentes lugares e para diferentes pessoas e, em cada situação, recebe (ou não) um nome diferente.<sup>7</sup> Esses elementos reforçam ainda mais a ideia de um patrimônio que deve ser preservado, pois tratam do cotidiano da população que vive em seu entorno, e merecem futuras pesquisas que enriquecem ainda mais a percepção da Ilha da Rita enquanto um Patrimônio Cultural.

Já o trabalho de Letícia Bohn na perspectiva do Patrimônio Cultural, aliado à marcação memorística e de formação identitária, aponta para os laços afetivos a partir de práticas cotidianas, por conta da proximidade espacial das comunidades do entorno da ilha (Frias e Vila da Glória). Segundo a autora, “boa parte da comunidade tinha relações de trabalho com a base de abastecimento naval, seja na fase de sua construção, nos anos em que se manteve funcionando plenamente – e mesmo nos dias atuais” (BOHN, 2010, p. 74). Além de trabalhar com as memórias orais, a autora também apresenta um rico acervo iconográfico, no qual é possível visualizar detalhes da construção, assim como fotos da inauguração em 1940.

A Ilha da Rita também é mencionada em *A História Naval Brasileira*, de 1985:

No sul, na Baía de São Francisco (Santa Catarina), a Marinha possuía terrenos na chamada Ponta do Estaleiro e uma ilha fronteira: a Ilha da Rita. Estabeleceu-se aí um ponto de apoio para navios de pequeno porte, com cais de atracação, tanques de óleo diesel e depósito de carvão. A utilização dessa base foi modesta, mas serviu para o abastecimento de navios-hidrográficos operando no Sul e, mesmo, durante a guerra, foi usada por alguns corvetas (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 199).

Outras publicações regionais também fortalecem a manutenção de certos elementos históricos associados à Base Naval da Ilha da Rita, como no livro *São Francisco do Sul, 500 anos: Construções Históricas* (SEIBEL, N. T.; ARNHOLD, D. A. H., BERGER, 2004), alguns *sites* turísticos, além do recente livro *História do Porto de São Francisco do Sul* (SEIBEL, 2012), já que desde a desativação da base até a cessão dada pela União à

---

<sup>7</sup> Ver sobre lendas da baía da Babitonga em SILVA, 2004; GUEDES, 2010; OLIVEIRA, 2010.

Universidade da Região de Joinville, a ilha ficou sob os cuidados da empresa que administrava o Porto (1968-1999).

Muitas dessas diferentes abordagens se confluem em suas formas narrativas de contar as memórias que se referem à ilha pela sua condição de uma base naval e a confluência dessas histórias, sejam elas fundadas em elementos reais, sejam transformadas e acrescidas de questões do imaginário, as quais constroem representações de parte da história das vivências da população do entorno da ilha.

Porém, além dessas percepções diversas, outros elementos das memórias relativas à base ainda estão esperando para serem investigados. São memórias que vão além dos discursos já existentes. Para visualizá-las é preciso explorar condições, intenções e conjunturas mais complexas a que a base esteve relacionada. Para isso, entende-se que esta pesquisa, que envolve questões de Defesa, Segurança Nacional e o “perigo alemão”, poderá ser mais uma variável contributiva para as definições que se inserem na preservação do patrimônio cultural da Ilha da Rita.

Ao relacionar essas questões aos tempos de Guerra, o estudo aqui realizado, por exemplo, conflui-se aos resultados da recente pesquisa *A contribuição da teoria das Representações para o estudo do Patrimônio Cultural – o exemplo da Ilha da Rita/SC* (FERRARI, 2013). Segundo a autora, essas memórias se fazem presente nas representações da população do entorno e estão na fala de diferentes atores, desde indivíduos que tiveram contato com práticas educativas patrimoniais, museus e outras instituições, assim como indivíduos que não vivenciaram esses vínculos.

As memórias conectadas a essa temática poderão trazer à tona novas reflexões sobre problemas atuais que se referem a conflitos étnicos/culturais e cidadania; discutir as ações do Estado e suas políticas, bem como refletir sobre elas, sejam ideológicas ou não, de cunho militar ou civil. Justifica-se aqui também a dificuldade de se buscar referenciais teóricos sobre a temática do envolvimento da Marinha em relação à ideia do “perigo alemão” na região Sul. Por isso a relevância de se buscar dados que demonstrem qual seria a contribuição da Marinha nas estratégias de defesa e segurança nacional estabelecidas pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX para a região de Santa Catarina.

Presenciaram-se, ao longo do século XX, lutas promovidas pelos novos sujeitos, a instituição de novos conceitos da cultura, da ciência, dos processos educacionais e normativos. Porém, ao mesmo tempo em que se condenam os fascismos, os racismos, os

preconceitos, o elitismo, ainda hoje é possível se deparar com esses problemas, principalmente no que se refere à relação de direitos e cidadania. Questões essas também estão presentes quando se discute a defesa de Estado e segurança nacional. Toda vez que há uma escassez de recursos, de um determinado país, assiste-se à retomada de alguns desses valores. Questionar quem de fato tem direito, não apenas na utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado, mas principalmente na participação política, da qual pode ameaçar estruturas de poder consolidados na sociedade, são questões que se seguem mais do que atuais, e a história pode propiciar relações, conexões e até mesmo identificações que podem ser resignificadas e servirem de aprendizado para as ações futuras.

A Base Naval da Ilha da Rita atualmente não é um bem protegido pela legislação nacional, mas acredita-se que a percepção dela enquanto um patrimônio para diferentes atores sociais é o que a torna um, no sentido de que o reconhecimento vai muito além das produções escritas que atentam para a intenção de guardar elementos significativos da história, pois esses elementos fazem parte do cotidiano da população, questão essa evidenciada por meio do contato com os dados de outras pesquisas (COELHO; S’THIAGO, 2001 e BOHN, 2010). A Ilha da Rita e sua importância para a população do entorno aparece nas entrevistas orais, no levantamento de dados, nas visitas exploratórias e técnicas, e são extremamente contributivas para esse entendimento, criando possibilidades de identificações por diferentes atores, principalmente para a população do entorno.

Uma volta do olhar ao passado permite, então, reforçar a ideia de que a história não é um caminho linear ao qual estão todos submetidos e esperando um “novo estágio” numa concepção de evolução. Ela permite perceber que as vivências e os processos são dinâmicos, que problemas podem ser reacendidos, reformulados e, enfim, resignificados.

### 3 A BASE NAVAL DA ILHA DA RITA: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE DESESA E SEGURANÇA NACIONAL

Atualmente assiste-se nas relações internacionais um novo interesse pelas questões de Defesa e Segurança, devido ao destaque de novos países em desenvolvimento, como no caso o Brasil, em detrimento a países tradicionalmente dominantes no cenário internacional (OLIVEIRA, 2011, p. 15). E, ao mesmo tempo em que houve um rearranjo das forças internacionais no cenário global atual, assiste-se, nos últimos anos, a uma ampliação de demandas internas ou, como afirma Souza (2011, p. 153),

uma ampliação daquilo que se entende por interesse nacional [...]. As sociedades passaram cada vez mais a exigir meios para se alcançar os benefícios da vida moderna pós-industrial e embasados nos valores dos direitos fundamentais, da economia liberal e dos princípios democráticos; ampliaram o escopo de responsabilidade do Estado, exigindo deste, uma atuação mais dilatada e mais complexa.

E, a partir desse equilíbrio, entre contextos globais e demandas internas, é que cada unidade nacional formula suas estratégias de Defesa e cria sistemas que garantam a segurança de seus interesses.

Durante o período da Guerra Fria, “uma parte dos estudos de Relações Internacionais se fixou em compreender o papel político dos militares nos países do chamado Terceiro Mundo” (OLIVEIRA, 2011, p. 15), pois a experiência de regimes autoritários militares deixaram profundas marcas nas relações sociais desses países. No Brasil, particularmente com a Proclamação da República (1889), as Forças Armadas entraram em cena, e ao longo das décadas seguintes receberam cada vez mais destaque no cenário político nacional.

Essa situação vigorou até meados da década de 1980, com o fim da ditadura militar (1985), mas, mesmo sob essas condições, o país nunca se constituiu como uma potência militar propriamente dita, nem mesmo com o atual destaque no cenário internacional. Porém, a presença do pensamento militar na política de Estado deu condições para que algumas práticas fossem recorrentes: o controle de mobilizações sociais e ações violentas em nome de uma soberania territorial e cultural. Segundo a concepção de Huntington (HUNTINGTON, 1996, *apud* MEDEIROS FILHO, 2011, p. 178),

[...] é da natureza das percepções militares realçar a magnitude e a iminência das ameaças à segurança. Normalmente, o militar vê com alarme a probabilidade e a iminência das ameaças à segurança do Estado e sente-se responsável por alertar a nação sobre a gravidade das ameaças percebidas. A responsabilidade social de uma profissão institucional baseada na administração da violência legítima do estado

exige dos militares a adoção de uma postura de alerta constante em relação à probabilidade de ameaças.

Talvez a inserção hoje, do Brasil, nesse novo cenário político internacional, tenha em parte a ver com a libertação dessa carga histórica militar autoritária, estabelecida ao longo do século XX, pois, além de grandes esforços diplomáticos empreendidos principalmente pelo governo Lula (2002-2010), o impulso partiu, sobretudo, por conta do restabelecimento de um governo civil (1989). Uma nova constituição baseada em princípios democráticos gerou condições para a formulação de uma agenda de Estado mais ampla e socialmente mais justa.

Então, a partir do presente, elege-se aqui uma volta ao passado, no sentido de pensar em quais fatores de defesa e segurança nacional foram empreendidos pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX, diante das fortes influências do pensamento militar na elaboração das políticas de Estado. Por meio desse questionamento, este capítulo busca identificar os elementos históricos que apontam para o litoral norte de Santa Catarina e, em especial, ao objeto desse estudo, a Ilha da Rita, como um local estratégico para as Forças Armadas e de uma possível relação com o chamado “perigo alemão”. De acordo com Perazzo (1999), a ideia da existência de um “perigo alemão” aparece tanto em discursos de autoridades militares como de autoridades diplomáticas brasileiras, mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra, no que ela chamou de uma “retórica especificamente antialemã” (PERAZZO, 1999, p. 54).

### 3.1 ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS: ESTADO-NAÇÃO, DEFESA E SEGURANÇA

Por que os países demandam estratégias militares e de defesa? E o que significa a construção de bases militares, investimentos em armas, a criação de arcabouços normativos de regulação da convivência que interferem nas condições do território, do direito e da cidadania? Primeiramente é importante entender algumas questões teóricas e conceituais sobre a relação do Estado com as Forças Armadas e os conceitos de defesa e segurança nacional para responder a essas indagações.

Ao se pensar nos Estados-Nações e em como se deu sua constituição e o desenvolvimento deles, retoma-se ao seu conceito clássico de Estado Moderno, que alia as seguintes características formadoras: o território, a soberania, o monopólio da violência

física<sup>8</sup>, o arcabouço jurídico e os ideais de cidadania aliados a um conjunto simbólico nacionalista. "Uma relação de homens dominando homens mediante violência considerada legítima" (WEBER, 2010, p. 56). Mesmo diante das atuais transformações da realidade, que implicaram novas características conceituais, serão os elementos clássicos a serem observados nesta pesquisa, por se tratar de um momento histórico em que as forças dessas dimensões teóricas se efetivaram em práticas políticas em todo mundo, inclusive no Brasil. Por intermédio de práticas institucionalizadas buscou-se aqui ressaltar traços culturais específicos e suprimir valores e signos contrários ao seu ideal construído de bem coletivo.

A ambição era criar artificialmente o que não se podia esperar que a natureza criasse; ou melhor, o que não se devia permitir que criasse. O Estado moderno era um poder planejador, e planejar significava definir a diferença entre ordem e caos, separar o próprio do impróprio, legitimar um padrão a expensas de todos os outros. [...] (BAUMAN, 1999, p. 117).

O conceito de segurança no campo das Relações Internacionais no início do século XX esteve relacionado às questões de soberania, pois era necessário garantir a sobrevivência do Estado<sup>9</sup>, que passaria por

[...] dois níveis: o doméstico para o qual é necessária a manutenção da ordem interna por meio de um governo forte e que tenha capacidade de apaziguar os conflitos entre os grupos e as ações revolucionárias, e externo, que se refere à segurança do Estado em face aos outros estados ou grupos externos (SOUZA, 2011, p. 150).

Desse modo, para garantir a soberania, muitos países pensavam em termos militares. Mas como se concretizam as ações militares? Sabe-se que "o preparo e o emprego das Forças Armadas demandam tempo de maturação e recursos de natureza diversificada, bem como são dependentes dos demais segmentos do Poder Nacional" (ABREU, 2009, p. 29). Então, por mais que um Estado tivesse a vontade de possuir uma grande força militar, muitos não conseguiram tirar seus projetos do papel, ou tiveram que se contentar com o "possível", como fora o caso brasileiro que durante as primeiras décadas do século XX esbarrava em grandes dificuldades de recursos financeiros e tecnológicos. Essa situação implicou ao Brasil uma constrangedora situação de dependência em relação a outras nações que possuíam tais recursos.

---

<sup>8</sup> Segundo Weber, não significa que apenas o Estado fará uso da força, na medida em que os indivíduos e as organizações civis também poderão, em casos diversos, fazer uso da violência física, mas sim, que somente o Estado é autorizado pela sociedade a usá-la com legitimidade.

<sup>9</sup> Essa percepção teórica que fora inaugurada por Maquiavel, no século XVI, fora então retomada por Hans Morgenthau no campo das relações internacionais no século XX.

De acordo com o conceito de defesa, o Estado pode também priorizar ações de segurança que não se utilizem das Forças Armadas, principalmente pelos altos gastos financeiros e até mesmo pelos prejuízos humanos deles decorrentes. Dessa forma, prioriza-se o desenvolvimento de atividades diplomáticas.

[...] a Defesa tem como objetivo primordial a segurança de um ordenamento que se identifica com as próprias instituições políticas. Estas são frequentemente expostas a riscos de agressão, provenientes do exterior e do interior, conforme as mais variadas modalidades. O uso dos aparelhos militares e o emprego da força armada constituiu apenas um dos perfis das modalidades defensivas, na medida em que se recorre, de forma complementar ou substitutiva, a muitas outras administrações públicas. Além disso, é preciso acentuar que, onde se identifiquem forças políticas que caracterizem um ordenamento como último objetivo da Defesa, existem muitos outros perfis da tutela de segurança (BONANATE, 1998, p. 315).

As ações de Defesa podem, dessa forma, apresentarem-se como ordenamentos normativos e jurídicos, principalmente quando a agressão se processa no interior do território, como no caso da formulação de Decretos-Lei. No caso aqui, cita-se como exemplo o decreto n. 24.215 de 1934, sobre um controle mais rigoroso das operações portuárias no Brasil durante a década de 1930, que aponta para a importância do porto de São Francisco do Sul no quadro nacional.

Essas questões conceituais se fazem essenciais para que se possa entender a inserção do Brasil no cenário político internacional no início do século XX, diante das fontes encontradas pela pesquisa. Por isso, faz-se também relevante delinear observações sobre o papel e a atuação política das forças armadas no período aqui compreendido. O Brasil da década de 1930 vivencia o surgimento de uma burocracia civil e militar no estado brasileiro, formando-se um novo sistema de dominação pautado na reestruturação das Forças Armadas, e capacitado no sentido de assegurar as metas de industrialização adotadas pelo novo grupo do poder (PRESTES, 1999). Segundo a autora, os principais aspectos da reorganização promovida nas forças armadas no pós-30 era o Exército e a Marinha. Ponto também convergente em Alves: “Do ponto de vista militar, particularmente durante o Estado Novo (1937-1945), grande esforço foi despendido para a modernização das Forças Armadas” (ALVES, 2005, p. 2). E, segundo Rouquié, essa burocracia militar estava envolta em três objetivos:

[...] centralizar o poder colocando um ponto final à sua dispersão geográfica, controlar o conjunto do território através de suas guarnições, que servem como representantes do estado nacional, defender a soberania e, finalmente integrar os diferentes componentes étnicos, sociais e regionais emprestando-lhes o sentimento de membros de uma mesma comunidade (ROUQUIÉ, 1984, p. 122).

Essa visão militar do estado brasileiro pode ser percebida em diversos discursos de Getúlio Vargas desde o programa da Aliança Liberal, em 1930, enquanto ainda não detinha efetivamente um cargo de amplitude nacional no Estado brasileiro, como em 1938, durante o Estado Novo, como então Presidente da República. Como se pode observar no discurso pronunciado, de improviso, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da escola militar, em Rezende (RJ) no dia 29 de junho de 1938 mesmo ano em que está em andamento a construção da base de abastecimento de São Francisco do Sul – Base Naval da Ilha da Rita, “O Estado Novo e as Forças Armadas”,

Prosseguindo na execução do mesmo plano de defesa nacional, a nossa Marinha de guerra está sendo aparelhada e modernizada, com o cumprimento dos contratos de fornecimento feitos no estrangeiro. E, ao mesmo tempo, nas efusões de um entusiasmo digno de louvores, os nossos estaleiros e os nossos arsenais se aprestam na construção e no lançamento ao mar de outras unidades navais, que integrarão a Marinha no valor das suas belas tradições e na eficiência das exigências modernas. (VARGAS, 1938, p. 242).

No que tange aos fundamentos vinculados a bases navais, serão apresentados agora alguns detalhes importantes de como se operavam as escolhas do local para a construção de uma Base Naval. Segundo a Marinha três fatores são levados em consideração: os requisitos de defesa, aspectos naturais e os fundamentos econômicos. No que se refere às condições naturais, são necessários “um porto com adjacências com águas profundas e ancoradouros também de águas profundas e espaçosos para fácil defesa” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1955, p. 4). Quanto aos fundamentos econômicos, próximo a uma região intensamente industrial e comercial e próxima a grandes artérias de transporte. Porém, esses requisitos são mais preponderantes nas grandes bases, sendo que em bases secundárias, “apresentam requisitos naturais menos rigorosos” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1955, p. 8).

Esses detalhes ajudam a esclarecer que nem sempre, ou pelo menos durante uma parte significativa do início do século XX, as decisões e escolhas em que esteve baseada a definição do local para elementos de defesa não levavam em conta apenas elementos técnicos e geográficos, mas sim que outras questões, de ordem econômica e política, poderiam influenciar nessa decisão. No caso da Ilha da Rita, ela fora pensada como alternativa para abrigar uma base naval em dois momentos distintos, 1918 e 1937, além de São Francisco do Sul ser apontada no Programa de Defesa Nacional de 1931 para abrigar uma das bases navais do litoral brasileiro. Porém, é preciso antes de explorar outras fontes, apontar que houve uma divergência de olhar nos três momentos distintos. Em 1918, a Ilha da Rita era tida como uma das melhores opções para se construir a grande base naval do Brasil, e nesse caso o

apontamento era por suas condições naturais (baía Babitonga). Em 1931, é reconhecida como um lugar importante, mas não como o mais importante na região Sul, o destaque neste momento é a proximidade de Joinville, um polo industrial em potencial. Em 1937, a eleição de uma base naval em Santa Catarina não era pela Ilha da Rita, mas pela enseada de Ganchos, em Governador Celso Ramos, próximo a Florianópolis. Porém, após a instalação do Estado Novo, a ideia de uma base naval na Ilha da Rita fora retomada, sendo abandonadas todas as providências realizadas para a base naval em Ganchos (1935-1937). Assim, atento para o fato de que se as condições naturais da Ilha da Rita tivesse sido o fator preponderante para a instalação de uma base naval na região Sul, porque ela passara por um longo processo de abandono (1918 – 1937)?

Outro fato importante que merece destaque para o entendimento das fontes encontradas é que segundo o relatório de entrega da base em 1940, havia a perspectiva de futuras ampliações da base. Sendo assim, porque não foram adiante essas ampliações? Aponta-se aqui que a necessidade de defesa naquela região tenha cessado após 1945, pois no pós-Segunda Guerra Mundial, outras preocupações influenciaram as estratégias de defesa no cenário internacional. O cenário, anteriormente multipolar, passa a girar em torno de apenas duas grandes forças políticas, os Estados Unidos e a ex-União Soviética. Segundo as relações internacionais, deu-se a formação de um mundo bipolar. Neste novo contexto, foram os interesses relacionados à Guerra Fria que definiram também os rumos políticos dos demais países, inclusive o Brasil. Com isso, é possível perceber um interesse maior em resguardar a costa brasileira mais ao norte e nordeste, efetivando-se na instalação de bases navais em Belém/Pará (1949) e Salvador (1970).

Quanto à Base Naval da Ilha da Rita, percebeu-se um contínuo processo de abandono nas décadas que se sucederam, com constantes relatórios expedidos pela delegacia de São Francisco do Sul, solicitando, à Marinha, reparos para a manutenção das estruturas e apontando para as precárias condições das instalações, terminando na sua desativação em 1967.

A volta da ideia de uma base naval na região Sul se deu somente no final da década de 1980, quando novos estudos técnicos começam a ser feitos, e neste quadro surgiu a possibilidade de reativação da Base Naval da Ilha da Rita. Porém, apesar de todas as negociações feitas até o ano de 1997 no sentido de devolução à Marinha tanto a Ilha da Rita quanto o terreno no Frias, a ilha continuou de posse do porto. Diante desse impasse, novos

estudos foram realizados para definir as melhores características estratégico-militares para uma base na região Sul. A disputa se deu entre a Ilha da Rita/SFS e o Pontal do Poço/Paranaguá e este processo terminou por descartar a Ilha da Rita como local estratégico da Marinha. Outro fator que também ajudou foi a aquisição de um novo terreno no município de Rio Grande, conforme consta no relatório da comunicação de 3 de novembro de 1997, do Estado Maior da Armada, a diversos departamentos da Marinha, sob o título de “Acompanhamento e Avaliação do Plano de Ação”.

### 3.2 CONTEXTOS CONFLITUOSOS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Para entender as questões de defesa e segurança aqui apresentadas faz-se necessário se ater ao panorama dos contextos políticos do período aqui compreendido, que cercaram e incidiram marcas e significados às diferentes instituições e aos múltiplos sujeitos. No contexto internacional, as grandes marcas expressas no meio social serão as ocorrências e consequências das duas grandes guerras mundiais:

[...] o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos (HOBSBAWN, 1995, p. 30).

O contexto brasileiro apresenta uma série de conflitos políticos internos nas primeiras décadas do século XX: a Revolta da Chibata (1910), o Tenentismo (1922), a Revolução de 1923, a Revolta Paulista em 1924, a Coluna Prestes, Revolução de 1930, Revolução Paulista de 1932, a Intentona Comunista (1935), o Golpe de Estado em 1937 (Estado Novo); a Levante Integralista (1938), o Manifesto dos Mineiros 1943, dentre outros.

Os anos iniciais do século XX têm sido apontados pela historiografia como pródigios em acontecimentos que vão desvelar os aspectos contraditórios em que esteve mergulhada a já tão velha e ao mesmo tempo tão nova República. Os conluios políticos, sistematizados pela “política dos Estados” ou “política dos governadores” do Presidente Campos Salles, não conseguiam mais se afinar com as exigências dos novos personagens que emergiram no cenário político (PIRES, 2006, p. 96).

No contexto regional, os municípios de São Francisco do Sul, Joinville e Jaraguá do Sul, representantes da região nordeste de Santa Catarina, também serviram de palco para algumas situações conflitantes do início do século XX. Mas talvez os mais significativos, peculiares e também polêmicos foram os conflitos decorrentes da ideia de um “perigo

alemão”<sup>10</sup>. Em meados de 1910 surge na imprensa nacional um movimento intelectual que buscava evidenciar a ideia de que esta região se constituía uma ameaça ao ideal republicano vigente: a formação da “identidade nacional”. Essa ameaça se afirmava por ter se constituído na região uma identidade cultural forte e coesa de caráter étnico germânico e um engajamento dos imigrantes teuto-brasileiros na manutenção destes valores culturais por meio da permanência tanto física quanto imaginária de signos de uma nacionalidade alemã, além da intensa relação comercial que seguiam mantendo com o país de origem.

[...] a imagem de que uma conspiração para criar a Alemanha Antártida ou Meridional vinha sendo tramada por agentes de organizações alemãs, ou do próprio governo imperial alemão, foi ganhando contornos cada vez mais definidos e se instituiu como realidade da integridade do território nacional brasileiro (FALCÃO, 2000, p. 51).

A ideia ganhou respaldo político tanto do governo nacional como também do governo estadual, primeiramente devido a questões internas e, em meados da década de 1930 e 1940, por questões também externas, com a Segunda Guerra Mundial. É possível perceber isso no mesmo discurso anteriormente citado de Getúlio Vargas (1938), em que versa sobre a atenção aos quistos estrangeiros que ameaçavam a unidade nacional:

E, para mais agravar as dificuldades internas, elementos estrangeiros, formando como um quisto no território nacional e mantendo contacto, por intermédio de emissários qualificados, com os que se interessavam e pretendiam influir nos rumos da nossa própria vida nacional, aguardavam, apenas, que se processasse a decomposição do gigante, para reparti-lo entre as suas ambições insaciáveis, açulando, também, de um lado e de outro, os extremismos verde e vermelho, entre os quais se debatia a nossa desconjuntada organização política (VARGAS, 1938, p. 243).

Portanto, uma das ações do Estado brasileiro frente aos diversos conflitos nacionais e internacionais também versou sobre as questões culturais. Dessa forma, a atuação do Estado brasileiro no que tange a relações contrárias à diversidade cultural identificava na assimilação dos costumes nacionais o único caminho para a manutenção da ordem social e da convivência harmônica entre os diferentes grupos étnicos que viviam no país, uma vez que implicações étnicas se confluíam com questões políticas e muitas vezes ideológicas por meio do Projeto nacionalizador.

[...] prevaleceu uma concepção de Estado-Nação que nega legitimidade às etnicidades, conforme parâmetros característicos da ideologia nacionalista brasileira gestada desde o século XIX, e que privilegiou a assimilação e o caldeamento racial

<sup>10</sup> O “perigo alemão” aqui é visto mais como uma construção social e política diante das condições nacionais dos períodos de 1910 e 1930 de que os grupos de imigrantes alemães pudessem representar uma ameaça à integridade territorial brasileira. É que há em ambos os contextos uma prática estatal vinculada a um Projeto nacionalista e à formação de um governo autoritário.

como base da formação nacional. Destaca a hegemonia de uma visão militar — e o próprio uso do termo “campanha” é, nesse sentido, significativo — na qual os alienígenas (inclusive os nascidos no Brasil) são personagens que precisam ser “conquistados” através da imposição do civismo, num cenário conflituoso definido como “estado de guerra”, onde ressurgem o velho confronto entre *jus soli* e *jus sanguinis* (SEYFERTH, 1999, p. 74).

Um acirramento dessa visão fora dado com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, na perseguição aos imigrantes de identidades originárias aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Essa postura do Estado brasileiro findou por redefinir os percursos históricos que vinham se desenhando no país devido à sua condição de ex-colônia, de dependência e de atração para os processos migratórios. Particularmente em Santa Catarina o grupo étnico que mais sofreu essas consequências foram os de origem alemã:

Durante a Segunda Guerra, além da proibição de se falar alemão, o cotidiano em Santa Catarina foi marcado pelos mais diversos decretos que procuravam normatizar e discriminar as pessoas de origem estrangeira. Era proibido viajar sem ordem judicial; possuir rádio ou armas, guardar fotografias e outros objetos pessoais que lembrassem o país de origem podia levá-las à prisão (SANTOS, 2007, p.71).

O grande problema que se põe diante desse posicionamento do Estado está nas marcas simbólicas dessas populações. Segundo Falcão (2000, p. 287), “a exclusão e o isolamento mantiveram latentes sentimentos de identificação a uma cultura de origem, culminando em um ambiente muito favorável a emergência de discursos de coloração separatista”.

É importante salientar que essas práticas tornaram-se mais visíveis ao serem encontrados vastos estudos sobre os instrumentos repressivos do Estado Novo em Perazzo (1999), Carneiro (1987) Coelho (1993) Dietrich (2007) e Lesser (2001), nos quais o foco não se dera apenas aos considerados súditos do Eixo (alemães, japoneses e italianos), mas também a ações antisemitas e para com os descendentes chamados de sírio-libaneses no Brasil.

Segundo a própria natureza dos instrumentos que giram em torno da Defesa Nacional, a ameaça externa pode se fazer sentir também no interior do país:

Apresentam-se, porém, situações particulares quando a agressão se processa no interior do ordenamento interessado, mesmo se ligada a iniciativas de outro Estado. Diante de tal hipótese a Defesa, além de recurso à força armada, pode apelar para os expedientes preventivos e repressivos, cujo uso não é habitual: declaração de estado de sitio, proclamação da lei marcial, instituição de jurisdições de exceção, recurso ao endurecimento das normas penais e das medidas policiais, adoção de medidas propagandísticas e psicológicas que aumentem a vontade de resistência das populações (BONANATE, 1998, p. 313).

### 3.3 A DEFESA MILITAR NA COSTA BRASILEIRA (1900-1920)

Julga-se importante aqui iniciar a apresentação dos dados encontrados ao pesquisar os primeiros anos no século XX no sentido de que há a percepção de que o primeiro projeto de se construir uma base naval na Ilha da Rita é de 1918. Na época, o projeto não saiu do papel, mas é de suma importância buscar elementos históricos de defesa desse período para se entender o porquê dessa escolha. A questão da Defesa no início do Brasil República foi vista como um importante elemento para as relações exteriores e, segundo alguns autores, almejada pelo então Ministro Barão de Rio Branco<sup>11</sup>

No longo período em que exerceu o cargo de Ministro, reestruturou-se o Exército e modernizou-se a Marinha, por sinal, então muito deteriorada, em função dos conflitos internos que ocorreram no início da República. Nessa época, em boa parte por influência de Rio Branco, o tema Defesa virou motivo de discussão nacional, sendo debatido na mídia e no Congresso. O Barão defendia a tese de que era necessário ser forte para ser pacífico (ABREU, 2009, p. 28).

Quando se liga esses conceitos ao contexto histórico da região Nordeste de Santa Catarina, no início do século XX, mais especificamente na década de 1910, encontra-se um conjunto de ações políticas voltadas para fortes investimentos em instalações militares. Vê-se que o início se dera em São Francisco do Sul com a presença do exército em 1915, onde “[...] a posição do Forte veio eliminar a lacuna existente na defesa costeira entre a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, Paraná, e do Forte Marechal Moura, em Florianópolis, Santa Catarina” (SEIBEL; ARNHOLD; BERGER, 2004, p. 194).

Em Joinville é marcada a fundação do Tiro-de-Guerra 226 em 1916, e que “[...] visava atrair para o exército homens de um nível social mais elevado e com pouco mais de instrução” (GUEDES; OLIVEIRA NETO; OLSKA, 2008, p. 48). Já em 1918, há dois fatos importantes: um em São Francisco do Sul, com a aquisição da Ilha da Rita pela Marinha; outro em Joinville, com a instalação do 13.º Batalhão de Caçadores. “Por causa da situação da Alemanha na guerra, Joinville apresentava-se, então, como um local que merecia maiores cuidados por parte do Exército na defesa do território nacional” (GUEDES; OLIVEIRA NETO; OLSKA, 2008, p. 53). Tanto é que um novo modelo de entrada e saída de oficiais, adotado pelo Exército em 1918, garantia a penetração do exército na sociedade a fim de garantir uma influência:

---

<sup>11</sup> Entretanto, isso não significa a sua realização. Muitos projetos foram desenvolvidos, mas poucos ou parte deles apenas se efetivaram.

Soldados eram treinados e devolvidos à sociedade pelo serviço militar, pelos Tiros de Guerra, pelas escolas de Instrução Militar e pelas Escolas de Instrução Militar Preparatória; os graduados pelas escolas Preparatórias; os oficiais do CPOR. O exército penetrava amplamente na sociedade e tornava-se capaz de a influenciar (CARVALHO, 2006, p. 77).

Essa apreensão no período estava em consonância com as preocupações políticas que circulavam em torno das questões relacionadas à integridade nacional, cidadania e identidade cultural. Essas discussões foram alimentadas por intelectuais brasileiros no sentido de que havia no sul do país um número significativo de células formadas por imigrantes europeus desde o século XIX por conta da manutenção de elementos culturais de descendência alemã e que hostilidades internas se intensificaram quando o Brasil abandonou a posição de neutralidade da Primeira Guerra Mundial, em 1917 (SKIDMORE, 2012). Segundo o autor,

A guerra, no entanto, foi um lembrete brutal de que o nacionalismo estava longe da obsolência. O conflito interno da Europa contradizia a ideologia liberal, que previa para o Brasil um papel menor num mundo cada vez mais dominado pela Europa (SKIDMORE, 2012, p. 241).

Desse modo, após 1918, os brasileiros começaram a perceber a necessidade de uma nova espécie de esforço nacional baseado na mobilização, pois

[...] o Brasil nunca vivenciara esse nível de mobilização, mas reformadores das áreas da saúde pública, agricultura, educação e política industrial usavam desse discurso para aumentar os esforços em cada uma dessas áreas. Ainda mais curioso: muitas vezes eles conferiam um tom social-darwinista a suas palavras, dizendo que a guerra na Europa “provara” que o mundo ainda era uma selva na qual somente o mais forte sobreviveria. Conseguiria o Brasil por ordem em seus recursos e se tornar uma grande nação? (SKIDMORE, 2012, p. 240-241).

Mas em que diretrizes estavam baseados estes investimentos militares? No início do século XX, o ministro Rio Branco “foi o principal articulador da política armamentista brasileira defendendo o aumento do poder naval brasileiro” (ARAÚJO, 2005, p. 71). Segundo Araújo (2005), para o Ministro, o rearmamento naval era uma necessidade e que, em certa ocasião, fora também justificada por conta

[...] do Panther, um cruzador alemão superior às belonaves brasileiras que em 1905 violou a soberania nacional. O navio ficou por 19 dias na costa de Santa Catarina. Sem autorização seus marinheiros vieram à terra e procuraram junto a imigrantes alemães um desertor (ARAÚJO, 2005, p. 73).

Na procura de considerações sobre o caso, foram encontrados apontamentos sobre esse episódio no *site* da Wikipédia alemã. Segundo a tradução<sup>12</sup>, também há a apresentação da

---

<sup>12</sup> Tradução de Glória Paschoal de Camargo.

questão relativa a números significativos de alemães na região de Santa Catarina e que poderia ter causado certa apreensão do público brasileiro:

No dia 27 de novembro de 1905 ocorreu o chamado incidente de Itajaí no sul do Brasil. Um marinheiro tinha combinado uma rodada de bebidas com um viajante alemão e depois desertou. Vários tripulantes, alguns em trajes civis, desembarcaram e – sem a anuência das autoridades policiais – foram atrás do desertor, que foi encontrado e levado a bordo. Divulgações pela imprensa a respeito de seu suposto sequestro e um rumor de uso de força bruta se contrapõem a uma declaração do envolvido diante de diplomatas alemães. O caso foi o primeiro “Panther Affaire” (“Caso Panther”). O enviado brasileiro prestou queixa do comandante, o conde de Saurma-Jeltsch junto ao Ministério das Relações Exteriores. Também foi ordenado ao cruzador brasileiro “Almirante Barroso” que observasse o “Panther”. O público brasileiro parece ter temido na época uma forte influência do Reino Alemão no Brasil, em especial também através dos imigrantes alemães que viviam no sul do Brasil (WIKIPEDIA, 2012)

Essa visão por parte da Alemanha, de que o Brasil teria temido a forte influência alemã no sul do país, percebida pela forma em que é contada na citação anterior, associa-se aos acontecimentos referentes ao posicionamento tomado pelo Ministério de Relações Exteriores. Segundo Araújo,

Rio Branco tomou as resoluções necessárias e agiu de forma enérgica ao lidar com o problema, pois, segundo o Ministro alemão Von Treutler, se o *Panther* fosse capturado pela divisão naval brasileira que seguia para o sul, esta seria uma provocação muito grave ao império alemão. Rio Branco no entanto considerava que mais grave era “violiar a soberania territorial brasileira”. O ministro alemão alegou que tal atitude “poderia ser motivo para uma guerra” e o Chanceler brasileiro resolutamente afirmou: “Pois que seja uma guerra, [...]” (ARAÚJO, 2005, p. 73).

Portanto, é neste momento histórico, que começa a se desenhar um programa naval brasileiro agora submetido aos valores republicanos. Este novo programa naval incentivado pelo Ministério de Relações Exteriores não contava apenas com o aspecto defensivo, mas também ofensivo:

Com a pressão de Paranhos e incentivo do Almirante Alexandrino de Alencar, a Marinha brasileira, que também era fraca para a missão de defender o imenso litoral brasileiro, começou a se expandir rapidamente através do programa naval iniciado em 1906 (ARAÚJO, 2005, p. 76).

Segundo Burlamaqui<sup>13</sup>, em 1905, “três preocupações ocupavam as estratégias da Marinha, um conflito com a Argentina, com o Peru, ou com outro país ‘além-mar’” (BURLAMAQUI, 1905, *apud* ARAÚJO, 2005, p. 76). O “além-mar” poderia ser o que foi mencionado anteriormente pelo episódio do Panther, sendo que, com o passar dos anos, essa

<sup>13</sup> BURLAMAQUI, Armando. A política naval americana. **Kosmos, Revista Artística, Científica e Litterária**. Rio de Janeiro, n. 5, maio 1905.

postura de preocupação com a Alemanha fora crescendo e por conta não apenas das animosidades dadas pela Primeira Guerra Mundial, mas também pelo grande volume de navios alemães que circulavam na costa sul brasileira nos primeiros anos do século XX. Segundo Falcão (2000), um novo incidente com navio alemão ocorreu em 1913:

[...] o Bremen, que, de passagem pelo porto de São Francisco do Sul em janeiro de 1913, teria recolhido brasileiros de origem alemã para que prestassem serviço militar obrigatório, depois de estes terem sido convocados por avisos públicos do cônsul daquele país (FALCÃO, 2000, p. 71).

Ressalta-se aqui que uma parte significativa do comércio do estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX era feito com a Alemanha, sendo comum o aporte de navios aos portos catarinenses. Como descreve Queiroz,

Em relação a notícias estratégicas, isso se referia às informações sobre a saída de mercantes dos portos – então muito comuns. De fato, a espionagem alemã no Brasil podia coletar as informações nos jornais e através de navios a seu serviço ou estações de rádio clandestinas passar essa informação aos corsários alemães que perambulavam pela costa brasileira, o que levou de 1914 a 1918 ao afundamento de vários navios aliados e neutros ao largo do Brasil (essa situação se repetiria na Segunda Guerra) (QUEIROZ, 1989, p. 31).

Quanto à documentação específica que se refere à Ilha da Rita, foram encontrados no relatório de ministro, no ano de 1916, que uma comissão ficou encarregada de mapear a costa brasileira e encontrar um melhor lugar para a instalação de uma base de operações navais do Brasil, juntamente com um grande arsenal de guerra e da formação de estruturas que visassem à evolução da esquadra brasileira (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1918). Fora identificada a baía da Babitonga como apropriada para abrigar o que a Marinha chamava de “a Grande Base Naval”, tanto que a Ilha da Rita foi adquirida em 1918. No entanto, segundo os relatórios da Marinha, a escolha do local para a grande base naval se deu pelo Rio de Janeiro, por conta da proximidade com centros urbanos, capazes de fornecer mão de obra especializada e material para a indústria naval e a construção de um arsenal.

Contudo, outras fontes apontam para uma justificativa diferente. Como descrito pelo jornal *A Razão*, de São Francisco do Sul, em 31 de dezembro de 1918: “A construção do Arsenal foi abafada por cousas regionais”, e apontava para esperança de que num futuro poder-se-ia resgatar a “velha ideia do arsenal devido à excelência do porto estudado a anos”, assim como depósitos de carvão.

Naquele momento, o Brasil já possuía arsenal em três localidades: Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso, segundo decreto 6.782 de 19 de dezembro de 1907. Nos relatórios da Marinha é possível perceber alguns navios da Marinha se deslocando pelo Sul, nas regiões de Ilha Grande, Florianópolis, Paranaguá, São Francisco, Argentina e Uruguai.

O que teriam sido aquelas “cousas regionais” citadas no jornal *A Razão*? A preocupação com a forma de ocupação humana dada na região Sul também estava presente nos assuntos ligados às políticas de Defesa. O patriotismo era o discurso das Forças Armadas.

Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada. Os imigrantes europeus mantêm aqui a sua língua e os seus costumes. Outros idiomas e outras tradições deitam raízes, fixam-se na terra, viçam, prosperam. E a nossa língua fenece, o nosso passado apaga-se [...] (BILAC, 1917, p. 6).

Tal fato pode ser observável no episódio em que o presidente da província, Felipe Schmidt, em seu relatório ao Presidente da República de 1917, reclama por ter desencadeado em Santa Catarina o que ele chamou de “uma verdadeira campanha de difamação [...] que lá fora se dizia que éramos um Estado fora da federação, sem o sentimento da nacionalidade, sem amor e sem ligações ao Brasil” (PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, 1917). Fato esse gerado por informações que versavam sobre uma possível importação de material bélico por parte dos alemães de Blumenau devido a supostos “sinais luminosos que os pescadores do porto de São Francisco estariam fazendo para navios alemães em alto mar, ou da presença de submarinos daquele país na costa catarinense” (FALCÃO, 2000, p. 93).

O período que contempla o investimento em segurança nacional na região é marcado também por ordenamentos normativos e jurídicos. No caso de Joinville, por exemplo, o principal jornal da cidade, o *Kolonie Zeitung*, que sempre fora impresso na língua alemã, nos anos de 1918 e 1919 teve seu material e nome impressos em português. Ainda, diante da Lei n. 1.187 de 5 de outubro de 1917, um projeto de nacionalização exigia que todas as escolas particulares adotassem em seus programas disciplinas como língua portuguesa, história do Brasil, geografia do Brasil e educação cívica. Além disso, todos os estabelecimentos educacionais passavam a depender de uma autorização do governo para funcionar.

Caracteriza-se por problemático o conflito entre essas “cousas regionais” e os problemas de ordem financeira, presentes no relatório do Ministério da Marinha de 1919:

Alguns julgam que a nossa primeira Base Naval deve ser construída em S. Francisco ou em outro porto catarinense. Concordo em que ali deva ser situada uma dessas bases, mas não a principal, não só porque não contaria com recursos e elementos de vida e prosperidade de que poderá dispor a que for colocada na bahia da Ilha Grande, como também porque a sua construção seria muito mais dispendiosa. Não há no litoral de Santa Catarina um porto que preste a instalação de uma Base Naval, sem grandes obras que apropriem a esse fim (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1918, p. 35).

Alguns? Quem eram os militares que julgavam o litoral de Santa Catarina como um local estratégico diante do extenso litoral brasileiro? Um dado importante é que mesmo com levantamentos técnicos e estratégicos, nem sempre esses pareceres eram levados em

consideração na tomada de decisão, sendo que características personalistas e políticas influenciavam a lógica militar nas forças armadas brasileiras.

### 3.4 MARINHA, EDUCAÇÃO E DEFESA

Segundo Vidigal (1985, p. 71), “problemas financeiros atrapalharam maiores investimentos no desenvolvimento de uma autonomia da marinha brasileira no início do século XX”. Entretanto, algumas fontes encontradas nesta pesquisa apontam que, mesmo diante das dificuldades, outras ações de defesa que não associadas à indústria naval e a investimentos militares se desenvolveram no país, principalmente no pós-Primeira Guerra, pois diante do conflito mundial a discussão em pauta no mundo era o não militarismo a fim de garantir a paz entre os países.

Na década de 1920, o tema do desarmamento saiu dos círculos fechados das discussões acadêmicas e entrou para a ordem do dia como uma exigência da opinião pública. A Primeira Guerra Mundial havia deixado um saldo trágico de milhões de mortos, feridos e inválidos. A carnificina provocada pelos quatro anos e meio de conflagração deu origem a profundo sentimento contrário à guerra entre as populações atingidas, que clamavam pela paz definitiva entre os povos e o fim da insanidade das armas (GARCIA, 2003, p. 173).

Todavia, para o Brasil, a percepção da defasagem das Forças Armadas diante do conflito mundial levou a outros questionamentos e a algumas animosidades com os países vizinhos. Segundo Garcia (2003), o choque de realismo após o conflito mundial fora tão significativo para o Estado brasileiro que este se posicionou contra o acordo de Washington de 1922, que postulava uma espécie de “freio” em relação a investimentos militares. A postura contrária fora dada em 1923, na Conferência Pan-Americana, realizada no Chile. O Estado brasileiro alegou que era necessário garantir um mínimo de defesa ao país, primeiramente por conta da extensa faixa costeira e, em segundo lugar, pela própria inferioridade dos aparelhos navais disponíveis, principalmente em comparação aos outros países da América do Sul – Argentina e Chile – percebidas diante do conflito mundial.

A posição do Brasil provocou polêmica entre os contemporâneos, pois, partindo de uma avaliação de desvantagem do país em relação às forças armadas da Argentina e do Chile, o governo brasileiro se manifestava em geral contra as propostas de desarmamento que limitassem sua capacidade de defesa aquém do patamar considerado minimamente necessário. Além disso, o Brasil estava empenhado em levar a cabo planos de modernização militar, auxiliado pela Missão Militar francesa junto ao Exército e pela Missão Naval norte-americana no caso da Marinha, fato que gerava inquietações nos países vizinhos (GARCIA, 2003, p. 174).

Acredita-se, portanto, que a partir das questões postas pela dificuldade de investimentos financeiros, uma das principais estratégias para a defesa do litoral brasileiro se concretizou por meio do projeto de nacionalização da pesca. Através do Decreto 16.184, as atividades de pesca passaram a ser reguladas pelas capitânicas dos portos, diretamente subordinadas ao Ministério da Marinha, a qual buscava, dentre outras coisas, arregimentar um exército de vigilantes da costa brasileira por meio de treinamento realizado com os pescadores. Dessa forma, os pescadores são inseridos na lógica de Defesa do Brasil, prática essa já utilizada por outros países. Esse pensamento vai marcar a atuação da marinha na década de 1920:

Em 1919, no imediato pós-guerra e à época se tratava de uma política de defesa dos “interesses nacionais”, a expectativa era a de que os pescadores poderiam contribuir com o país. Segundo a concepção dominante entre os governantes à época, melhor que ninguém os pescadores conheciam o mar, os rios, os lagos e seus perigos, portanto, podiam ser chamados a integrar a política de segurança nacional (SILVA, 2005, p. 15).

A nacionalização da pesca fora propulsionada pelo capitão de fragata e diretor da Pesca Frederico Villar na década de 1920. Ela representava “tudo quanto de ideal, de perfeito, de superiormente alevantado de amor pela nossa terra e pela nossa gente concebem os nossos sonhos nacionalistas [...]” (VILLAR, 1924, p. 54). Acreditava-se que no Brasil a solução da nacionalização da pesca seria pela educação dos jovens praianos e pescadores, ensinando-os a ler, escrever, contar, realizar obras de carpintaria e ferraria, noções de construção naval, aparelhagem, noções de geografia e história do Brasil, de orientação no mar, de pesca, noções de utilização de certas máquinas, de práticas de higiene, de legislação nacional, consolidando o que ele chamou de uma educação cívica nas áreas litorâneas (VILLAR, 1924, p. 51). O que impressiona é a quantidade de escolas fundadas por tal ação estratégica, cerca de mil em todo o Brasil.

A missão organiza, durante quatro anos, cerca de oitocentas colônias e cooperativas, funda cerca de mil escolas e matricula cerca de cem mil pescadores. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização (OLIVEIRA; SOUZA; VALLE, 2007, p. 2).

Era a Marinha criando condições simbólicas e práticas de marcação do território, assegurando uma vigilância economicamente mais viável, ela se dirigia diretamente às diversas populações costeiras do território brasileiro. Os filhos dos pescadores eram vistos pela população em geral como “futuros marinheiros” (A VOZ DO MAR, 1924).

No município de São Francisco do Sul, o projeto se concretizara por meio da Colônia de Pescadores Z-02, a qual serviu de exemplo para o restante do país na medida em que é

possível averiguar que mais de 50% das fotografias que ilustram uma publicação nacional, *A Nacionalização da Pesca* (1924), produzida pela própria Marinha, e que “esclarecia os objetivos teóricos das ações práticas da Nacionalização da Pesca” (VILLAR, 1924), são de fotos das escolas da Marinha fundadas em São Francisco do Sul (Figuras 10 e 11).

A Figura 10, que faz parte do livro citado, ilustra uma das visitas de oficiais da Marinha a uma das escolas da Colônia de Pescadores Z-02 em São Francisco do Sul, onde se pode perceber, no quadro ao fundo, as noções de civismo que se procurava repassar aos alunos. Na mesma figura, vê-se na legenda original que São Francisco do Sul possuía 14 escolas submetidas à colônia de pescadores Z-02, número não superado por nenhuma outra colônia de pescadores do extenso litoral brasileiro. Esses dados são reforçados no volume de número 30 de *A Voz do Mar*, evidenciando a importância estratégica dessa região no que tange à defesa nacional e também à Marinha brasileira.

Figura 10 – Foto dos oficiais da Marinha em instruções de civismo em visita a uma das escolas da Colônia de Pescadores Z-02, em São Francisco do Sul, na década de 1920



Fonte: VILLAR, F. *A Nacionalização da Pesca: regulamentação dos seus serviços*. Brasil, 1924.

Figura 11 – Foto de uma das escolas da Colônia de Pescadores Z-02 em São Francisco do Sul, na década de 1920



Fonte: VILLAR, F. *A Nacionalização da Pesca: regulamentação dos seus serviços*. Brasil, 1924.

As ações cívicas do Exército e da Marinha eram presença frequente nos jornais da região, inclusive no principal jornal dos pescadores, *A Voz do Mar*. O artigo de abril de 1922 mostra a inauguração de uma escola de instrução militar, com o nome de Carlos Hoepcke, na praia de Ubatuba em São Francisco do Sul.

[...] no dia 21 do corrente, na escola “Carlos Hoepcke”, com sede em Ubatuba, inaugurou-se uma escola de instrução militar, cuja escola tomou o nome do Presidente Arnaldo S’Thiago, tendo como instrutor o sargento do Forte Marechal Luz e 8. Bateria Isolada, Álvaro Riba-Mar Meirelles de Araújo [...] (A VOZ DO MAR, 1922).

Figura 12 – Foto do Grupo de Escoteiros do Mar da Colônia de Pescadores Z-02, na década de 1920



Fonte: A Voz do Mar, n. 27, 1924.

Portanto, quando estoura a Segunda Guerra Mundial, a Marinha já dispunha de uma ampla rede de monitoramento ao longo da costa brasileira:

Em 1942, havia cerca de 75 mil pescadores associados das colônias de pesca espalhadas pela costa. Com pessoas das famílias e agregados, esse número atingia 150 mil. Aproveitando-se as possibilidades que ofereciam suas atividades profissionais, navegando junto à costa, em todos os seus meandros, poderiam tornar-se, como se tornaram, um excelente corpo de observadores dos submarinos inimigos que se aventurassem nas proximidades de nosso litoral e também fiscalizarem a existência de células de informações do Eixo (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 326).

“Note-se que com o início da II Guerra Mundial, a categoria dos pescadores artesanais volta a ser subordinada ao Ministério da Marinha, que mais uma vez tentou ‘disciplinar e desenvolver’ o setor pesqueiro” (SILVA, 2005, p. 15). Essas redes de monitoramento foram utilizadas principalmente por conta da suspeita de uma organização formada por países ditos neutros, juntamente com os países do Eixo, atuando no Atlântico Sul e que consistia na distribuição de informações e de abastecimentos a submarinos “inimigos”.

[...] no ano de 1943, a 17 de julho, o Delegado da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul teve notícia de que um navio de dois mastros, chaminé grossa e meia-nau, viajava no rumo leste, e que mais tarde, às 20 horas, em noite de luar, este navio foi visto abastecendo um grande submarino de cor escura [...] os neutros mais suspeitos de fazerem espionagem para a Alemanha eram os espanhóis e os argentinos (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 326).

Especificamente em 1943 fora distribuído à população de pescadores um folheto (Figura 13) que possibilitava a identificação de um submarino alemão. A fonte fora

encontrada nos Arquivos do Museu Histórico de São Francisco do Sul. “A Marinha preparou, para distribuição pelas colônias, um folheto mostrando as silhuetas dos submarinos inimigos, para o conveniente reconhecimento, quando e se fossem eles avistados” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 326).

Figura 13 – Folheto educativo elaborado pela Marinha, durante a Segunda Guerra Mundial, para distribuição aos pescadores do litoral brasileiro, sobre como identificar um submarino alemão



Fonte: MINISTÉRIO DA MARINHA, Brasil, [1940?] – Museu Histórico de São Francisco de Sul

Conforme observado na Figura 13, há uma anotação: “parte que foi observada”. Ela serviu de ilustração para relatar a parte avistada de um possível submarino alemão, na costa catarinense, especificamente em São Francisco do Sul, em 19 de setembro de 1943. O submarino circundava a área correspondente conhecida por Itapema do Norte. Segundo o

relato, sinalizações foram feitas em direção ao Forte<sup>14</sup> para apontar em que direção o submarino parecia seguir. O documento fora encaminhado ao 13.º Batalhão de Caçadores, o qual era encarregado pela vigilância e defesa dessa parte do litoral.<sup>15</sup> O encontro desse folheto ilustra e pode apontar um indicativo do porquê da presença de memórias locais que remetem a submarinos alemães na costa de Santa Catarina, já que, segundo a Marinha, o maior número de submarinos alemães se encontrou no litoral norte do Brasil.

### 3.5 AS FORÇAS ARMADAS E O “PERIGO ALEMÃO”

De que forma as políticas de defesa estiveram em consonância com preocupações acerca do chamado “perigo alemão”? Onde essa ideia se desenvolveu e por que razões? Qual o grau de importância desse fato neste estudo a ponto de ser considerada uma variável de pesquisa na formulação de hipóteses?

A Alemanha em dois momentos históricos distintos fomentou o fortalecimento e buscou uma série de artifícios simbólicos e materiais a fim de garantir os laços culturais com os alemães que já não estavam em território alemão. Essa prática expansionista se deu primeiramente por meio das Ligas Pangermânicas entre os séculos XIX e XX. Porém essas ações se enfraqueceram com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Diante das sérias sanções impostas a ela, além das perdas humanas ao final do conflito, há na década de 1920, um momento de recuo desse projeto expansionista, pois havia necessidade de se reerguer o país economicamente e moralmente. Dessa forma, a retomada de uma ideia expansionista alemã no mundo será dada com a oficialização do partido Nazista na Alemanha na década de 1930. Com a ascensão de Hitler ao poder, o olhar sobre os alemães e seus descendentes que estavam fora do território voltam a despertar interesse, preocupação e investimentos, ou seja, passam a ser valorizados por meio de apoios políticos, econômicos e socioculturais.

Desde meados da década de 1910, o país presenciou o surgimento na imprensa nacional, de um movimento intelectual que buscava evidenciar que os estados da região Sul se

---

<sup>14</sup> O relatório não apresenta o nome do Forte, mas pelas coordenadas acredita-se que o aqui mencionado seja o Forte Marechal Luz, São Francisco do Sul.

<sup>15</sup> Sobre as atuações do 13.º Batalhão de Caçadores na defesa da costa no período estudado, ver GUEDES; OLIVEIRA NETO; OLSKA, 2008.

constituíam em uma ameaça ao ideal republicano vigente: a formação da “identidade nacional”.

[...] que nas áreas de colonização germânica só se falava o alemão. Ali só existiam escolas alemãs, igrejas, associações, estabelecimentos comerciais, sociedades de tiro, tudo de alemães. Até mesmo documentos oficiais de nascimento, casamento e óbito seriam registrados em alemão. Conclui que a responsabilidade por tais fatos não seria dos colonos, muito menos do governo alemão. A culpa seria dos governantes brasileiros que deixavam aquela gente no mais completo abandono. Os habitantes daquelas áreas somente procurariam satisfazer as suas necessidades (VOGT, 2007, p. 249).

O alvo principal se dava, portanto, em torno da cultura germânica, realidade esta de alguns municípios como Joinville, Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul, que tiveram sua colonização baseada, principalmente, em imigrantes de origem alemã e que se utilizavam com bastante intensidade do Porto de São Francisco do Sul. Por conta de uma configuração social de identidade étnica germânica forte e “coesa” foram acusados de ameaçadores da pátria por vivenciarem o predomínio de uma única origem étnica e não se envolverem com signos culturais considerados autênticos brasileiros.

Seyferth (1999) aponta que a evidência econômica também foi um dos fatores desencadeadores da visibilidade sobre esses grupos no que tange a preocupações de dimensões nacionais. Segundo a autora, os comerciantes da região acumularam capital suficiente para investir na atividade industrial, fazendo surgir dessa forma uma importante elite econômica na região, principalmente em Blumenau e Brusque. Afirma, ainda, que mais do que as diferenças concretas, caracterizáveis como étnicas, o discurso sobre a identidade teuto-brasileira e a ênfase dada à elite local proporcionaram vazão aos conflitos, principalmente “para aqueles cuja trajetória de ascensão social ultrapassou os limites da comunidade local” (SEYFERTH, 1999, p. 75).

[...] o desenvolvimento do comércio e da indústria desde a década de 1880, bem como a emancipação das colônias, coloca em evidência uma questão importante: imigrantes e descendentes estavam localizados em uma região onde a sociedade nacional inexistia, mas a nova situação político-econômica exigia a assimilação como condição da cidadania. Isso aponta para a questão da etnicidade e para o fato simples da apresentação de ambas as vilas como “comunidades germânicas” (SEYFERTH, 1999, p. 71-72).

Falcão (2000) constata nos jornais locais essas primeiras manifestações expressas sobre um “perigo alemão” no Brasil, desde a primeira década do século XX:

Mas, sem dúvida, é no correr da década de 1910 que os problemas se tornam mais agudos: já em fins de 1911, Lauro Muller, líder republicano de grande prestígio em Santa Catarina, sente-se motivado para proferir no Senado Federal um discurso onde contesta a existência de um “perigo alemão” (FALCÃO, 2000, p. 71).

Sendo assim aponta-se que essa ideia gerou diversos movimentos no interior da sociedade brasileira, sendo que eles fomentaram teorias racistas e nacionalistas, desencadearam práticas sociais discriminatórias, geraram embates políticos na disputa de poder e, por fim, embasaram práticas policiais e repressivas do Estado brasileiro para com uma parcela da população, no caso aqui a teuto-brasileira.

A historiografia aponta que ao longo dos anos de 1920 houve certo esquecimento da questão do “perigo alemão” (FALCÃO, 2000), mas entende-se que ela apenas estava adormecida do debate público, mas não das preocupações militares, já que a região ainda estava sendo inserida nos programas de Defesa elaborados na década de 1920 por meio da nacionalização da pesca e do novo Programa Naval em 1922.

Contudo, foram os agitados e conflituosos anos de 1930 preponderantes para a volta desses temas na esfera pública, como menciona Carvalho (2006) sobre os planos arquitetados pelo Ministro de Guerra do Brasil, Góes Monteiro:

Góes Monteiro formulou com clareza as novas ideias em documento que enviou a Vargas no início de 1934 estabelecendo as condições para aceitar o cargo de ministro da Guerra. [...] propunha uma longa série de medidas de caráter militar, incluindo a criação de um Conselho Superior da Defesa Nacional. [...] E quanto à defesa externa, o país devia preparar-se com uma política e um plano de guerra visando principalmente “a mais poderosa nação americana”. Propunha um plano de sete anos que possibilitasse o domínio aéreo e marítimo e a organização de um exército de campanha para o primeiro choque (CARVALHO, 2006, p. 95).

Ainda no mesmo documento é possível perceber a importância creditada ao Exército nesse novo contexto político do Brasil, do qual Góes Monteiro afirmava que “um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo *imigrantismo*” (CARVALHO, 2006, p. 96, grifo do autor).

Nesse período, a Marinha encontrou respaldo nas condições políticas do país para enfim efetivar uma parte do programa naval que já se aspirava desde 1922, iniciando a construção de um novo arsenal na Ilha de Cobras, sob o comando do vice-almirante Aristides Guilhem, e a instalação de um conjunto de bases navais ao longo da costa brasileira, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Natal e Pará (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985).

O projeto da década de 1920 advinha do posicionamento do Brasil perante a Conferência de Washington no pós-Guerra e explicitado na Conferência Pan-Americana de maio de 1922, como já mencionado anteriormente. Segundo Garcia,

O presidente Epitácio Pessoa tomou para si a responsabilidade de emitir diretamente instruções aos delegados brasileiros e, em telegrama de 17 de setembro, comunicou a Domício da Gama, chefe da delegação, que o governo brasileiro não podia aceitar nenhuma solução que restringisse o poder naval do Brasil abaixo dos limites exigidos para a defesa de um país com 1.200 léguas de costa. [...] O presidente brasileiro não aceitava os princípios da Conferência de Washington porque, segundo ele, as condições na Europa eram diversas daquelas na América do Sul (GARCIA, 2003, p. 178).

Alguns documentos já apresentados até aqui demonstram que a região esteve entre as preferências da Marinha para apoio às suas ações operacionais e táticas desde o primeiro programa naval da República de 1906. A bibliografia que conecta as questões de relações internacionais dão fundamentos para se entender o porquê dessa posição no cenário internacional. O tema não ganha notoriedade na esfera pública e os projetos de 1922 não se realizaram naquela década. No mesmo ano foi criado o serviço de Defesa Aérea do Litoral, subordinado ao Estado-Maior da armada, compreendendo os centros aeronáuticos e postos de aviação estabelecidos nos diversos pontos da costa. “[...] e em 1925 foram inauguradas as instalações da Escola de aviação no Galeão, e já se encontravam em construção os centros de aviação naval de Santos e Santa Catarina” (VIDIGAL, 1985, p. 72).

Pode-se perceber na década de 1930 a volta do olhar para a região, mais efetivo por meio da elaboração de um novo programa naval coordenado por Góes Monteiro a partir de sua forte influência no Governo Vargas, em 1934, mesmo ano que se tem no país a preocupação efetiva e institucionalizada sobre a entrada de imigrantes no país. O primeiro efetivo realizado por esse governo se deu pelo Decreto n. 24.215 de 1934, que determinava que o único porto de Santa Catarina legalmente habilitado para o desembarque de imigrantes era o de São Francisco do Sul.

Art. 3.º O desembarque de imigrantes por via marítima será permitido somente pelos portos de Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul e Rio Grande e pelos que venham a ser considerados, por força de lei, portos de desembarque para imigrantes (BRASIL, 1934).

Evidencia-se aqui a importância do Porto de São Francisco do Sul no cenário nacional como um local de entrada de imigrantes. O controle não só desse local, mas de outros fez parte de um projeto ultranacionalista que se desenhou desde 1930 com o objetivo de selecionar, restringir os que não eram bem vindos, principalmente judeus, e que configurou nesse período histórico uma postura antissemita do Estado brasileiro (CARNEIRO, 1987).

O livro *A Arte da Guerra no Mar* fora publicado no início de 1939 no Brasil para se tornar acessível aos oficiais da Marinha, pois era “de incontestável valor intrínseco” conforme salientou o Capitão de Mar e Guerra Mathias Costa no prefácio à edição brasileira. A obra

fornece subsídios para se entender as ações de defesa da costa de um país, no mesmo momento que começa a se efetivar a Base Naval da Ilha da Rita.

O Exército tem interesse particular no que toca a porção à frente do mar, que flanqueia seu desenvolvimento na guerra e logicamente necessita para a sua proteção do concurso máximo da marinha. É, pois questão de importância nacional evitar com todos os meios das três forças armadas as operações inimigas em grande estilo e para conquista de territórios do Estado (GIAMBERARDINO, 1939, p. 112).

Esta mesma publicação tratava de aspectos doutrinários e práticos para um momento de guerra aos meios marítimos, em que já se percebe nesse momento uma tendência na utilização de aviões, e talvez uma possível razão para o projeto das bases navais não ter sido levado adiante por conta da inserção desse novo elemento tático, o qual se julgava o meio mais adequado aos bombardeamentos costeiros, pois arriscavam elementos menos custosos e importantes, além de conseguir atingir a estratégia da surpresa e a retirada ser mais segura (GIAMBERARDINO, 1939, p. 113).

Essa consideração se faz pertinente por conta da quantidade de bases aeronavais na época – sendo cinco no total: Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis, Rio Grande e Ladário; além de outros tantos campos de pouso pelo Brasil, dos quais se incluía ainda em Santa Catarina o de Joinville, de São Francisco do Sul e de Araranguá (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 202). Tais bases e campos de pouso foram bastante utilizados na Segunda Guerra Mundial, pois

com o fracasso da campanha submarina no Atlântico Norte, os submarinos procuram áreas menos defendidas e o Atlântico Sul pareceu-lhes atraente. Entretanto, sofreram eles sérios reveses, atacados pelas escoltas e pela aviação baseada em terra. Dos 15 submarinos enviados para águas brasileiras, 7 foram afundados nas áreas entre Trindade e Florianópolis pela aviação (VIDIGAL, 1985, p. 86).

Ainda sobre a Base Naval da Ilha da Rita, o relatório apresentado em 1940 mostra que a princípio se tinha o desejo de que aquela base pudesse vir a ser desenvolvida com o progresso de expansão naval do país:

[...] foi dado início à construção de uma pequena base para ir sendo ampliada de acordo com o aumento progressivo do material flutuante. Já existindo um terreno no continente com queda d'água e uma ilha a ele fronteira, tudo pertencente a Marinha. (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1940).

Nota-se em 1940 a perspectiva de se seguir os investimentos nas Forças Armadas diante o cenário internacional de guerra. No discurso proferido por Getúlio Vargas, “O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação nacional”, no banquete oferecido pelas Forças Armadas no Automóvel Club do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1940, fica clara essa intenção:

Os acontecimentos da atualidade mostram como fomos providentes e avisados, iniciando, bem antes que irrompesse a guerra, o nosso reaparelhamento militar. Não agimos sob inspirações improvisadas, mas em obediência a um programa metódico, que abrange todos os setores de defesa, em terra, mar e ar. Cuidamos de atender, ao mesmo tempo, o preparo pessoal e o reequipamento material. E esse reequipamento representa, sem dúvida, um extraordinário esforço do país em benefício da própria segurança [...] Fizemos a reforma dos quadros; fundamos escolas de técnicos e especialistas; ampliamos os efetivos de reserva nos diversos graus de hierarquia; instalamos indústrias bélicas; renovamos arsenais; equipamos bases navais; aumentamos a frota da Marinha de Guerra de dezoito unidades, das quais dez construídas pelos nossos estaleiros (VARGAS, 1940).

Essas condições militares de previsão e estratégias a fim de garantir a segurança se fazem sentir também no relatório de entrega das instalações da base de 10 de maio de 1941, assinado pelo capitão Álvaro Pereira do Cabo.<sup>16</sup> O documento aponta algumas sugestões relevantes que poderiam assinalar essa preocupação política com a região. Ele apresentava como sugestão a colocação de peças de artilharia de pequeno e médio calibre e a “instalação de um sistema antiaéreo para a defesa da ilha em caso de ataque”<sup>17</sup>. Ainda sugere um “aumento da guarnição a fim de atender as necessidades locais”<sup>18</sup>. Seriam essas necessidades locais somente devidas à sua condição portuária, ou porque seria o acesso de comunicação dos estrangeiros com o interior do país?

A preocupação com a grande concentração de imigrantes alemães na região Sul do país pode ser também evidenciada pelo destacamento de dois batalhões de caçadores para Blumenau, em 1939, e segundo relatório da polícia de Porto Alegre, com a justificativa de que era “devido ao “perigo alemão” (PERAZZO, 1999, p. 55). Uma das primeiras medidas do general Emilio Lucio Esteves, ao chegar em Blumenau com os batalhões, foi escrever em 26 de setembro de 1939 ao Interventor Federal de Santa Catarina, Nereu Ramos, solicitando em caráter de urgência que fosse fornecido “os elementos relativos ao plano de instalação de novas escolas, principalmente nos núcleos de população estrangeira” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1939).

Como já citado anteriormente, o Brasil da primeira metade do século XX apresenta uma série de conflitos internos que foram fundamentais para o amadurecimento político do país, no que tange a questões relativas à representação e mobilização de massas. Esses

<sup>16</sup> Capitão referenciado pelo Museu Histórico de São Francisco do Sul a partir da exposição do seu uniforme em uma das salas de exposição do museu, conforme já apresentado na Figura 9.

<sup>17</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório da Base Naval de Combustível de São Francisco apresentado pelo Capitão Tenente Álvaro Pereira do Cabo. São Francisco, 10 de maio de 1941.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

conflitos colocavam em risco a ordem política do Estado, o crescimento das cidades e proporcionava um aumento no número de indivíduos que ansiavam por melhorias nas condições da vida social. Questões ainda afloradas pela chegada de teorias ideológicas no Brasil, como o anarquismo, o socialismo, o nacional-socialismo, o liberalismo são polarizações que vão pôr em pauta na agenda pública os percalços da cidadania. Quem seria o verdadeiro cidadão brasileiro? Quem teria direitos de reivindicar mudanças e melhorias na organização político-social?

Desde o século XIX, o país vivenciou maciços incentivos para a imigração de europeus – especificamente de origem germânicas – no sentido de criar, dentre outras coisas, condições para o branqueamento da população, gerando, em decorrência disso, o desenvolvimento econômico, político e social do país. Além do desejo de branqueamento havia também a necessidade de ocupação de terras na região Sul do país, a fim de garantir os limites territoriais, e a substituição da mão de obra escrava após a abolição da escravatura, de modo que a soma desses dois fatores culminou em uma concentração desses imigrantes europeus nos três estados do Sul. Quando se iniciou o processo de imigração, não se imaginava que esses indivíduos pudessem ganhar destaques políticos, ocasionando ameaças às posições sociais dos “brasileiros” de origem lusa. Segundo Zanellato (2011), em 1930, acentua-se uma crescente insatisfação desses brasileiros de origem lusa, fato também apontado por Queiroz nos anos de 1910 e 1920:

A onda de imigração estrangeira, que se avolumara nos últimos anos do século XIX, persistiu durante as primeiras décadas do século XX; e pelos anos [19]10 e [19]20, alguns dos recém-chegados e seus descendentes já haviam se alçado a estratos mais elevados da hierarquia socioeconômica e até política, atingindo mesmo posições importantes na administração pública. Assim, não apenas a europeização cultural ameaçava a antiga civilização originada no período colonial, que estava sendo literalmente afogada pela avalanche de traços culturais estrangeiros, mas também os próprios imigrantes estavam ameaçando as posições sociais dos brasileiros, e ocupando postos de mando que deveriam ser atribuídos a estes (QUEIROZ, 1989, p. 25).

Essa visibilidade dada pelos imigrantes de origem alemã colocava em cheque a atuação do Estado brasileiro quanto às suas práticas descentralizadoras que findaram por evidenciar o problema da sociedade nacional, a fragmentação e a ausência do Estado em diversas áreas do país. A autora também salienta a importância crescente do comércio e da indústria, desde o final do século XIX, na região (SEYFERTH, 1999). Portanto, as questões econômicas também se fazem relevantes para entender ainda mais a preocupação estratégica do Estado para com a defesa da região.

Em *O problema da Marinha Mercante* datado de 1917, percebe-se a conexão de defesa e economia principalmente com a experiência de uma Grande Guerra.

A dificuldade presentemente creada pela guerra europeia ás comunicações marítimas entre o Brasil e os portos estrangeiros, mesmo deste lado do atlântico, veio mais uma vez, evidenciar que nenhuma nação pode julgar garantida a sua expansão econômica, e seguro o futuro do seu comercio marítimo, se não contar com elementos próprios de comunicação e transporte. D’ahi se infere que a marinha mercante é a mola real do progresso dos povos, a alma da sua grandeza, o elemento primordial do seu desenvolvimento, na luta pela concorrência entre os Estados (COSTA, 1917, p. XVII).

Menções sobre a importância da base para a economia da região são encontradas na imprensa do período. Em 11 de abril de 1918, no Jornal *A Razão*, é possível perceber essa preocupação:

Inegavelmente São Francisco virá a ser no futuro uma das mais movimentadas cidades e um dos mais indispensáveis portos do sul do Brasil. Acha-se aqui o Sr. Capitão tenente Sérgio de Andrade Pinto que veio comissionado para instalar a Delegacia da Capitania do Porto, repartição esta subordinada ao Ministério da Marinha. Há muito que esta cidade se fazia sentir da falta desta repartição, pois o nosso porto nestes últimos anos tem tido um considerável desenvolvimento, tendo sido enorme o movimento marítimo, não só de cabotagem como de longo curso (A RAZÃO, 1918).

No mesmo ano, no mês de setembro, o jornal aponta para a situação de São Francisco do Sul e enaltece suas condições portuárias, de entreposto comercial que vinha se destacando nesse quesito desde o final do século XIX devido à importação de erva-mate, principalmente pelas negociações com a Argentina, o principal importador desse produto.

Não há de negar que São Francisco é dentre as cidades do litoral catarinense, aquella que dispõe de melhores elementos para se tornar um grande centro de comercio de nosso estado. Dispondo do melhor porto do sul do Brazil, viveu entretanto, durante longos anos, numa situação de abandono, confiadas entre as águas quietas da Babitonga ou seus outeiros floridos, servindo de mero entreposto de Joinville, onde se haviam localizado industrias e comércios, até que a previsão e descortino de homens empreendedores vissem da precariedade dessa situação, fazendo convergir para ela o mais importante ramal da extensa rede de viação férrea que se estende desde São Paulo, até fronteiras com o Uruguay (JORNAL A RAZÃO, setembro de 1918).

Já na década de 1930, no que tange às questões da economia nacional e regional, percebe-se a dificuldade de se programar melhorias e investimentos nos meios marítimos, encontrando grandes problemas e defasagens nesse setor devido às mudanças na priorização dos sistemas de transportes no país:

Concomitantemente, assistimos nesse período ao florescer da era ferroviária no Brasil, que suplantou a navegação a vapor marítima e fluvial relegando-a a um plano inferior na lista de prioridades do governo federal. Com a industrialização pós-1930, a navegação fluvial já não atendia mais às crescentes demandas internas do novo padrão de acumulação que priorizava o mercado interno, portanto a integração nacional. Como o sistema fluvial brasileiro não era integrado, dificultando a

navegação interior de longa distância, e as ferrovias atendiam principalmente às regiões exportadoras, as rodovias surgiram como o principal elemento integrador e distribuidor da produção capitalista em todo o território nacional (GOULARTI FILHO, 2010, p. 165).

Por essas condições nacionais, o Estado de Santa Catarina teve um destaque por meio das suas atividades comerciais marítimas na década de 1930 e, talvez por isso, foi merecedor de atenção política nacional. Documentos explorados por outras pesquisas apontam para esses possíveis condicionantes. Segundo o *Diário Oficial do Estado*, de 16 de julho de 1936, naquele ano, “a Alemanha superava os Estados Unidos nas importações para o Brasil e as exportações catarinenses tinham os alemães como o seu segundo melhor comprador, só perdendo para a Argentina” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1936, *apud* ZANELATO, 2011, p. 5).

Ao mesmo tempo em que estavam se consolidando investimentos militares, ações jurídicas começaram a marcar e instituir diretrizes a fim de controlar e fiscalizar a atuação da Marinha Mercante brasileira a partir de 1939, pelo Decreto-Lei 1.951:

A criação da Comissão da Marinha Mercante em 1941, respaldada pelo Decreto-Lei 1.951 de 30 de dezembro de 1939, que inaugurou um novo regime jurídico para a navegação garantindo à União o direito de explorar, conceder e autorizar os serviços da navegação, marítima, fluvial e lacustre, consagrou a presença do Estado no setor (GOULARTI FILHO, 2010, p. 250).

Esse destaque também já fora dado no início da década de 1930 quando Raul Tavares, capitão de Mar e Guerra, apresenta um relatório a partir de estudos que viessem justificar a Criação do Ministério da Defesa Nacional, em que enfim visaria à união das Três Forças Nacionais: Terra, Mar e Ar. Nele encontram-se dados estratégicos para a construção de portos militares na costa brasileira, pois Tavares acreditava que somente seria possível a implantação do Ministério caso o Brasil fosse dividido em regiões militares e a costa em distritos navais. O relatório enviado ao presidente do governo provisório em 2 de abril de 1931 justificava a importância de São Francisco do Sul da seguinte maneira:

É de grande importância o Porto de São Francisco por servir uma rica região colonial, de que é o centro da cidade de Joinville, e por ser ponto terminal do Ramal da Estrada de Ferro de São Paulo- Rio Grande, que parte de Porto União. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1931).

Segundo o relatório, seria São Francisco o segundo distrito naval do sul, e que teria o caráter de porto militar igualmente ao do Rio Grande do Sul, que deveria ser o primeiro distrito naval da região: “Mas, o que nesse assumpto mais ressalta de importante, é a privilegiada posição estratégica do Rio Grande do Sul, de tal magnitude que não poderá

deixar de ser um dos principais portos de guerra do Brasil” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1931). Esse dado retoma a ideia de deslegitimar apenas o caráter geográfico para a instalação de uma base naval em São Francisco do Sul em 1918, em que boa parte da bibliografia aponta como o local que apresentava as melhores condições naturais para tal efetivação no sul do país. Além disso, Enseada de Ganchos, próxima a Florianópolis, ter sido escolhida em 1935 para abrigar a Base Naval de Santa Catarina no Programa Naval desenvolvido em 1934, é algo que parece ser um pouco controverso diante das análises anteriores, de 1931, do qual se pensava que em Florianópolis deveria apenas

[...] existir tão somente, a escola de Aprendizes, vasto depósito de carvão e óleo, lubrificantes, uma estação semafórica e radiotelegráfica e a Capitania do Porto, além do Centro de aviação naval e um sistema de docas para uma flotilha de torpedeiros e submarinos pequenos (TAVARES, 1931).

Dessa forma, o capitão de Mar e Guerra coloca em cheque a ideia de que Santa Catarina era a melhor opção para uma base naval devido às condições geográficas, pois, além da comparação com as condições do litoral do Rio Grande do Sul, houve negociações para a instalação de uma Base Naval na Enseada dos Ganchos, próxima à capital, Florianópolis. O detalhe importante sobre a tomada de construção da Base em 1937 é que se em 1918 tinha-se a ideia de que a região da baía da Babitonga pudesse abrigar a Grande Base Naval do Brasil, ela não fora a primeira escolha na década de 1930, com a retomada de expansão de bases navais na costa brasileira. Pois, “[...] em 1935, determinou-se um estudo para a instalação de uma base na Enseada dos Ganchos, em Santa Catarina, cujo início das obras chegou a ser programado para 1936.” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 198). Segundo a História Naval brasileira, a base de Ganchos não foi adiante. Entretanto, não se explicita o porquê. A questão é que há uma mudança de planos não dita em nenhum relatório encontrado pela pesquisa aqui desenvolvida.

Segundo diretrizes de planejamento da Marinha, o quesito “defesa” para a instalação de uma base naval leva em conta também se o local é protegido por fortificações, e “sempre se possível deve-se, antes, utilizar fortificações existentes para a defesa de pontos estratégicos, do que escolher um lugar requerendo a instalação de fortificações” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1955, p. 13). Dessa forma, Ganchos possuía essa condição: na região de Governador Celso Ramos, onde estaria localizada, há a existência de uma fortificação, a de Anhatomirim que, em 1938, fora tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan.

Segundo ofício de Lucas Alexandre Boiteux, de 1934, ao interventor de Santa Catarina, os navios hidrográficos “Rio Branco”, “Tenente Lameyer” e “Maria do Couto” estariam circundando a costa de Santa Catarina, pois estavam imbuídos dos estudos para a instalação da Base Naval nesse estado. No mesmo ano, o interventor de Santa Catarina recebeu um ofício do Centro de Aviação Naval que discutia a desapropriação dos terrenos da Ressacada em Florianópolis destinados à ampliação do Centro de Aviação Naval de Santa Catarina. Isso tudo se desenvolveu até início de 1937, porém a Base Naval de Ganchos não foi adiante, dando-se início à construção de uma base de abastecimento em São Francisco do Sul. Como os documentos consultados não relatam os motivos dessa mudança de planos, a questão que fica desse processo é: O que levou à lembrança da Ilha da Rita, e a mudança de foco? Uma hipótese é a mudança de liderança na Marinha, pois, segundo Correa (2008), em 1936, assume a Marinha o Almirante Aristides Guilhem, que

[...] assumiu o ministério num período de mudança de estratégia política do Presidente Getúlio Vargas. Guilhem empreendeu uma reforma na administração naval, “*que além de navios, buscou implantar no país também o fabrico de artilharia, torpedos e aviões, queria mais do que uma simples frota de guerra poderosa*”<sup>19</sup> (CORRÊA, 2008, p. 2, grifo do autor).

Mas, além disso, é preciso lembrar que os anos de 1935, 1936 e 1937 foram muito instáveis no direcionamento político do país e que isso, de certa maneira, deve ter se refletido nas políticas de defesa por todas as outras questões já levantadas sobre o Porto de São Francisco do Sul e que já se processavam no sentido de vigilância na região.

Segundo Almeida (2013), o então ministro da Marinha, Henrique Aristides Guilhem, era simpatizante da ditadura getulista. Isso poderia se somar à ideia aqui defendida de que a mudança de local para a construção da base tivera sido por um fator político e não baseado apenas nas formulações técnicas relacionadas à geografia e à economia. Esse pensamento está de acordo com a *História Naval Brasileira* (1985), que afirmava que o ministro Guilhem consultava realmente os órgãos técnicos, mas quanto às providências a tomar, nem sempre agia segundo esses pareceres.

Se a Ilha da Rita fosse o único local apto geograficamente para a instalação de uma base no sul do país, não teria sido pensada a possibilidade da instalação em Ganchos. Assim, entende-se que a volta do olhar para São Francisco, em 1937, fora uma decisão estritamente política e que essa preocupação política com pontos de Segurança Nacional, de certa maneira,

<sup>19</sup> Relatório Anual do ministro da Marinha Almirante Henrique Aristides Guilhem ao Presidente da República em 1936.

estava embasada pelas ideologias e discussões sobre a ideia de um “perigo alemão”, além de outros fatores que proporcionaram o destaque das colônias alemãs no final da década de 1930, como a evidência e o fortalecimento do movimento integralista, o qual será analisado com mais detalhes adiante.

Ou seja, coincidentemente ou não, a construção da Base Naval da Ilha da Rita toma corpo ao mesmo tempo em que essa preocupação é retomada no campo político.

No período compreendido entre 1931 e 1938, não houve qualquer tipo de repressão ao partido nazista. Esta se iniciou propriamente em 1938 e teve dois momentos. O primeiro, de 1938 a 1941, foi pautado pelo Projeto de nacionalização do governo varguista, que via o alemão ao lado de outras minorias nacionais como “perigo étnico”. O segundo foi definido a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados e configurava o alemão como o “inimigo militar interno”, o “súdito do eixo” residente no Brasil. O segundo momento de repressão é considerado bem mais expressivo em número de casos e em ações policiais. (DIETRICH, 2007, p. 76).

Segundo dados de Dietrich (2007), ao contrário da imigração alemã do século XIX, que tinha por objetivo a ocupação de territórios com atividades agrícolas e pecuárias, nas primeiras décadas do século XX, o perfil dessa imigração se modificou, passando a se concentrar nas áreas urbanas do país. De acordo com o Censo de 1940, somando a população de imigrantes dos três estados do sul e mais do estado de São Paulo, o número chegava a 72.310 pessoas<sup>20</sup>, isso sem contar os teuto-brasileiros, ou seja, descendentes já nascidos em terras brasileiras.

O início das atividades da base (1940) ocorre quase ao mesmo tempo em que eclode a Segunda Guerra Mundial (1939). A inauguração foi realizada no dia 9 de março de 1940, coincidentemente à data de aniversário da cidade de Joinville. Por que a inauguração se dera mais de seis meses após o término das obras? Segundo o relatório de entrega das instalações, as obras ocorreram de outubro de 1937 a agosto de 1939. Entende-se que a data possa ter sido estrategicamente escolhida devido às preocupações que se cresciam em torno não só da região, mas da própria cidade de Joinville. Havia sido programado, também, na mesma ocasião, uma visita às cidades de Joinville, Blumenau e Florianópolis, viagem na qual seguiu o Presidente até o Rio Grande do Sul. Dessa forma, a visita não se relacionava apenas à figura do presidente, mas também a das Forças Armadas, já que lideranças militares importantes, tanto da Marinha como do Exército, deslocaram-se para a região em ocasião da inauguração, que contou com a presença do interventor federal Sr. Nereu Ramos, o qual contribuiu

---

<sup>20</sup> Ver dados em DIETRICH, 2007, p. 207.

fortemente com o projeto de nacionalização no Estado Novo e com a perseguição aos suspeitos de envolvimento com o nazismo.

O conteúdo simbólico dessa presença foi tão marcante que, segundo Coelho e S’Thiago (2001, p. 54), “ao se avaliar pela repercussão na imprensa, a visita do Presidente Vargas a São Francisco e a Joinville, foi um dos mais importantes acontecimentos políticos ocorridos naquele início dos anos de 1940”. Era o momento ideal para se visitar as áreas de colonização que, desde o começo do século XX, aspiravam certos cuidados e medidas nacionalistas por parte do Estado: o estouro da Guerra. A visão de “O Brasil é brasileiro”, exposta no discurso pronunciado em Blumenau, no dia 10 de março de 1940, vinha ao encontro de uma “intenção” em minimizar as práticas repressoras do Estado Novo<sup>21</sup>, nas proibições impostas aos imigrantes e seus descendentes desde 1937. Nas palavras de Getúlio Vargas,

o governo já não se aproxima aos colonos para pedir-lhes votos; o governo tem para eles sentimentos paternais, e deles só se aproxima para ampará-los, para dar-lhes justiça, para garantir-lhes o trabalho e a tranquilidade, para desenvolver-lhes a economia, para aumentar-lhes a riqueza (VARGAS, 1940).

Quando o Brasil deixa a sua posição de neutralidade e passa a apoiar os Aliados, há um forte impacto no estado de Santa Catarina. “Durante a Segunda Guerra, além da proibição de se falar alemão, o cotidiano em Santa Catarina foi marcado pelos mais diversos decretos que procuravam normatizar e discriminar as pessoas de origem estrangeira” (SANTOS, 2007, p. 71).

No período da Guerra, uma forte marcação às empresas com capital alemão foi estabelecida, a chamada “lista negra”. Talvez a mais significativa para a região tenha sido sobre a empresa de navegação Hoepcke, instalada em São Francisco do Sul desde o final do século XIX. Segundo Reis (1999), a empresa findou por sofrer uma intervenção da Marinha, e um oficial foi nomeado para seu comando devido às suas expressivas conexões de transporte internacional apontados em Seibel, Arnhold e Berger (2004):

[...] a Hoepcke mantinha rotas com hidroaviões, cumprindo linhas, nas terças e sextas-feiras a Florianópolis e Porto Alegre e nas quartas-feiras e sábados ao Paraguai, Santos e Rio de Janeiro. Também naquela época alimentava serviço expresso de passageiros e carga entre Brasil e Europa, pelo “Graf Zeppelin” dirigível que efetuava viagens aéreas entre Europa e o Brasil, no período de 1931 a 1937 (SEIBEL; ARNHOLD; BERGER, 2004, p. 24).

---

<sup>21</sup> De acordo com Welfort, “a ditadura foi uma solução para a consolidação do poder pessoal de Vargas e para a instauração do Estado como soberano perante as forças sociais em presença” (WELFORT, 1978, p. 69).

Particularmente São Francisco do Sul foi acusada, junto com outras cidades, a ser polo de apoio ao partido nazista em Santa Catarina, cuja sede localizava-se em Blumenau, como aponta a publicação de Lara Ribas, *Um punhal nazista no coração do Brasil*:

À frente de trabalho alemã (DAP), também tinha sua chefia em São Paulo e era dirigida por Carl Spanaus, sendo que em Santa Catarina era seu chefe Joseph Lindig, tendo como sede a cidade de Blumenau. Existiam grupos dessas organizações em Blumenau e Joinville, e pontos de apoio em Jaraguá, Hansa Humboldt, Itajaí, Canoinhas, São Bento, São Francisco e Rio do Sul. (DEOPS/SC, 1943, p. 26).

Sobre o período da Segunda Guerra Mundial, encontra-se em arquivos da cidade de São Francisco do Sul uma lista com os moradores da cidade que estavam em 1943<sup>22</sup> sob a mira e vigilância da polícia. E mesmo antes em 1942, alguns indivíduos foram dirigidos às prisões do Estado, acusados de envolvimento com o partido nazista. Foram encontrados pela pesquisa no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, uma espécie de dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina sobre atividades nazistas na cidade de Joinville, do qual acusava diversos funcionários da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade<sup>23</sup>. O relatório, bastante detalhado, continha inclusive as vistorias feitas nas casas dos acusados e uma lista dos itens considerados suspeitos.

A região tinha tamanha importância que um dos “campos de concentração” brasileiros, destinados aos súditos do eixo, localizava-se em Joinville, e que segundo Perazzo (1999), comportava os presos de outras cidades do estado de Santa Catarina, ao passo que os presos de Joinville foram enviados para Florianópolis e Rio de Janeiro.

De acordo com as análises feitas na documentação aprendida pela Delegacia de Ordem Política e Social – Dops, Dietrich (2007) percebe que mesmo não possuindo um grande número de filiados ao partido, o que provavelmente causa certa apreensão, tamanho era o grau de influência dessas personalidades nas comunidades que estavam inseridos.

Mesmo que a simpatia à ideologia professada pelo terceiro Reich não significasse uma adesão partidária em massa, percebe-se que os agentes nazistas se encontravam infiltrados em praticamente todos os segmentos sociais da comunidade alemã, pregando fidelidade ao Führer e a construção de uma grande nação alemã, além dos limites territoriais da Alemanha. (DIETRICH, 2007, p. 158).

<sup>22</sup> Delegacia Auxiliar de Polícia de São Francisco. Relação dos súditos do Eixo residentes em São Francisco do Sul. 1943.

<sup>23</sup> Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, 1 de março de 1945. Relatório apresentado pelo Delegado da Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina (11.4.42) sobre as atividades nazistas em Joinville (“Empresa Sul Brasileira de Eletricidade”).

Dessa forma, a Segunda Guerra foi sentida de forma muito significativa e peculiar no estado de Santa Catarina. Segundo *A história naval brasileira* (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 324), “tanto no Brasil como nos Estados Unidos houve fundadas denúncias de instalação de bases de espionagem em pontos do litoral, onde submarinos inimigos seriam abastecidos”. A região Sul inspirou maiores cuidados devido à grande concentração de descendentes alemães. Uma das medidas, nesse sentido, foi a determinação de que todos os súditos do Eixo se deslocassem para um mínimo de 80 quilômetros do litoral. Segundo os autores, o governo do estado de Santa Catarina processou diversas reclamações, pois a medida atingia imigrantes que se dedicavam exclusivamente à agricultura de subsistência, ficando esta prejudicada no período em questão (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 324).

Essa temática referente ao “perigo alemão” no Brasil, tanto fomentado pelos ideais pangermânicos nas primeiras décadas do século, assim como influenciados pela ascensão do nazifascismo na década de 1930, teve início, no Brasil, a partir da década de 1985 (GERTZ, 1991). Porém, na década de 1990, foi com a abertura ao público dos documentos da delegacia de ordem política, que a temática teve um novo impulso, ampliando assim os conhecimentos referentes a esse período. Desde então, vários autores brasileiros, como Dietrich (2007), Perazzo (1999), Falcão (2000), Seyferth (1999), Gertz (1991) e Brepohl de Magalhães (1998) se dedicaram à temática do “perigo alemão” no país.

Recentemente o tema veio novamente à tona por conta da localização de um submarino alemão que fora afundado na costa catarinense, em 1943. O submarino U-513 foi atacado por aviões americanos no momento que navegava nos mares do Atlântico Sul. Da tripulação de mais de 50 pessoas, apenas sete sobreviveram. “O submarino nazista, que chegou a afundar um navio mercante brasileiro, foi encontrado em um local do Oceano Atlântico próximo às praias de São Francisco do Sul” (SIMÕES, 2011).

### 3.6 O INTEGRALISMO E O “PERIGO ALEMÃO”

Retoma-se aqui o ponto levantado por Falcão (2000) sobre a volta da ideia do “perigo alemão” na década de 1930 no Brasil por causa da evidência dos fenômenos políticos ligados ao nazismo e ao integralismo, pelo fato de se compreender que a forte presença e adesão de imigrantes alemães e teuto-brasileiros à doutrina integralista pode também ter sido um ponto

importante para a mudança de escolha do local da base naval de Santa Catarina – da Enseada de Ganchos para a Ilha da Rita, na década de 1930. Por conta das fontes encontradas nessa pesquisa e da revisão bibliográfica a respeito da temática, entende-se que por mais que o movimento integralista possa ter sido visto como um aliado pelo governo Vargas até a instituição do Estado Novo, também gerou certa apreensão e preocupação pela sua grande capacidade de mobilização de massas.

A Ação Integralista Brasileira – AIB fora uma organização política fundada por Plínio Salgado em 1932 que se constituiu num importante movimento de mobilização de massas no Brasil na década de 1930. A abrangência de tal movimento fora de âmbito nacional, tendo por lema “Deus, Pátria e Família”, e utilizando-se, inclusive, de aparatos modernos de propaganda para alcançar maior número de membros. O integralismo trazia aos brasileiros o que Cytrynowicz e Maio (2011, p. 51) consideram uma nova forma de fazer política, então distinta dos partidos oligárquicos da República Velha, do qual se inseria a organização de crianças, jovens e mulheres com “frequentes desfiles públicos, palavras de ordem inflamadas, bandeiras, marchas e estandartes”, algo muito sedutor em meio ao cotidiano urbano com características pacatas que se desenvolviam no país.

A preocupação de mobilizar amplamente a população levava a AIB a “realizar encontros, festas, palestras e manifestações de rua” (PANDOLFI, 2011, p. 31) com características fascistas – como pode ser visualizado na Figura 14 – como, por exemplo, o uso da saudação com os braços estendidos e de uniformes com características militares. A Figura 14 retrata adeptos do Movimento Integralista de São Francisco do Sul na década de 1930 em frente a uma das igrejas do interior do município, na localidade da Gamboa, manifestando tais características.

Figura 14 – Foto de um Grupo de Integralistas em São Francisco do Sul em frente a Igreja da Gamboa.



Fonte: Acervo pessoal de Andrea de Oliveira – [1930 ?]

O discurso do integralismo esteve voltado às classes médias urbanas e principalmente na oposição às oligarquias regionais e no sentido de combater ao comunismo e o liberalismo. Esses detalhes foram atraentes não só a profissionais liberais e intelectuais brasileiros, mas também a imigrantes mais instruídos que chegavam ao Brasil desde o final do século XIX.

De acordo com Gertz (1991, p. 38), “sem a menor sombra de dúvida, o integralismo foi mais forte nas regiões de colonização alemã (e italiana) quando comparado com as regiões ‘tradicionais’”. Nesse sentido, ele não pode ser ignorado como um fator político, principalmente por meio dos resultados das eleições municipais de 3 de março de 1936. Segundo Falcão (2000, p.155),

os integralistas conseguiram eleger 8 prefeitos, 72 vereadores e dezenas de juízes de paz, mesmo enfrentando adversários experientes, economicamente mais poderosos e que em muitos casos usufruíam da máquina governamental. Mas essa demonstração de força ganha contornos bem mais expressivos se for considerado que em Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul os integralistas enfrentaram uma coligação que reunia o conjunto dos oponentes liberais e republicanos, derrotando-os por larga margem de votos e fazendo uma folgada maioria nas câmeras de vereadores.

Tanto que, “ainda em 1936, em função do processo de radicalização política, vários governos estaduais, entre eles Bahia, Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas e Paraná, fecharam sedes do movimento” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2011, p. 43). Faz-se pertinente perceber que o número de integralistas no município de Joinville era muito significativo,

tendo sido considerada a “Cidade Integralista” pelo jornal *Vanguarda* e o *Jornal de Joinville* em 1935.

Alguns teóricos até chegaram a compartilhar a ideia de que o integralismo no sul do país, em certa medida, esteve em conluio com o partido nazista.

A militância aguerrida dos camisa-verdes nutria simpatias em segmentos das elites políticas e militares. Todavia, o movimento integralista, por seu caráter mobilizante e sua estrutura organizacional à semelhança da corporação militar, sobre a qual tinha grande ascendência, especialmente na Marinha, se destacava ainda por ter dentro do governo (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2011, p. 48).

No jornal *Vanguarda*, de publicação e edição em São Francisco do Sul, é possível encontrar elogios feitos a imigrantes alemães, com mensagens de solidariedade e de enaltecimento sobre a considerada “cultura privilegiada”. Comenta-se sobre as festividades da Sociedade de Tiro Alemão de São Francisco do Sul, a “Schutzenverein São Francisco”. Por isso, não seria mera surpresa que o delegado Lara Ribas, que participou ativamente no combate aos elementos nazistas a partir de 1942, encontrasse em Santa Catarina locais como o mostrado na Figura 15: de um prédio, no interior do Estado, que expunha lado a lado as bandeiras da AIB, do Partido Nazista e, aqui, supostamente, também uma bandeira da Alemanha.

Figura 15 – Foto de uma possível sede da Ação Integralista e do Partido Nazista, década de 1930, no interior de Santa Catarina, onde se percebe ao lado, uma bandeira da Alemanha



Fonte: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O Punhal nazista no coração do Brasil. Florianópolis, 1944.

Pelo significativo número de crianças que saem do prédio, provavelmente o local deveria ser uma escola. A inserção das ideologias para as massas tinha como uma das metas a utilização da escola para divulgação de seus princípios doutrinários, visão esta bastante comum para a época, pois cada geração era vista como uma tábula rasa, na qual era preciso não só criar o ser social, do qual via com engrandecimento o sacrifício individual em prol do coletivo, mas também era preciso ensinar os princípios básicos de uma “nova” civilização. (DURKHEIM, 1987). Essa perspectiva que dominava na época a visão sobre os processos educacionais foi assumida tanto por ideologias fascistas quanto por governos ditos liberais, e até mesmo por instituições militares, como no caso as escolas das colônias de pescadores subordinadas à Marinha na década de 1920.

Diante de um cenário político internacional de ideologias aparentemente polarizadas, como o Comunismo e o Liberalismo, outras se mostravam bastante semelhantes apesar de terem objetivos distintos, principalmente aquelas que versaram por um apelo nacionalista, no início do século XX. Essa confusão fora feita entre Integralistas e Nazistas no Brasil, sendo que em alguns estudos versaram sobre entender as semelhanças e diferenças entre os dois movimentos.

Diante disso, aponta-se aqui a existência de certa confusão sobre as simpatias políticas do Nazismo e do Integralismo, principalmente pelas instituições militares e policiais em Santa Catarina, devido à particularidade do movimento no estado, apontada por Gertz (1987) e Falcão (2000), e à grande adesão de catarinenses à AIB, o que pode ter ajudado a evidenciar ainda mais o risco de uma ameaça iminente à soberania nacional. Alguns exemplos serão apresentados a seguir.

Em 1942, o interventor do Estado escreve ao senhor Ministro da Justiça esclarecendo questões sobre o manifesto intitulado “Brasil Austral”, enviado ao jornal *Correio da Noite*, e interceptado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, o qual visava à emancipação do sul a partir dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, 1942). A correspondência junto ao manifesto trazia no seu interior o conflito existente entre uma possível desintegração social dada por imigrantes e pelos ideais integralistas: “Estão em que esse manifesto nos deve levar a uma maior vigilância no setor integralista, pois justamente é que mais se extremava o combate político pan-americanista, que é de tradição e dos interesses do Brasil” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1942).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio de um diversificado acervo de documentos escritos e iconográficos, encontrados em diversos arquivos e instituições brasileiras e com uma revisão bibliográfica de caráter interdisciplinar, esta pesquisa procurou aprofundar os conhecimentos a respeito de elementos da história da Base Naval da Ilha da Rita que se relacionassem aos momentos de Guerra, tanto da Primeira como da Segunda Guerra Mundial, e o fenômeno da ideia de um “perigo alemão” no sul do Brasil nestes dois períodos históricos.

O olhar da Sociologia influenciou para identificar e relacionar as memórias do período de guerra com as novas possibilidades patrimoniais da Ilha da Rita, conectando patrimônio e relações sociais e suas implicações que advêm de novas informações sobre a temática e as condições que o patrimônio cultural possibilita ao mundo social no tempo presente. Já os fundamentos, conceitos e referenciais históricos das Relações Internacionais foram essenciais para entender as estratégias de Defesa e o sentido da constituição de uma base naval associados aos diversos interesses internos e externos a que as políticas militares se relacionam na primeira metade do século XX. E, por fim, a História, por meio dos diversos estudos sobre as condições do período de análise e das abordagens sobre as temáticas do perigo alemão e da política brasileira, contribuiu para um novo entendimento da Base Naval da Ilha da Rita.

Dessa forma, as três disciplinas foram contributivas para a averiguação das hipóteses da pesquisa: de que a Base Naval da Ilha da Rita é um Patrimônio Cultural Nacional e que o litoral norte de Santa Catarina foi um local de posição estratégica importante no que tange a questões relacionadas à segurança nacional na primeira metade do século XX devido às configurações étnicas presentes na região, e não apenas por suas condições geográficas naturais.

Para isso, tratou-se aqui de questões teóricas sobre a importância dos processos culturais na contemporaneidade, a fim de justificar que os elementos históricos aqui levantados trazem um novo olhar para a Base Naval da Ilha da Rita.

Esse novo olhar se dá no sentido de se opor à ideia, repassada pela historiografia até o presente momento, de que aquela base naval, destinada a abastecimento, não tivera uma expressão tão significativa no quadro da Marinha, mas que, pelo contrário, diante de tantas dificuldades de concretização dos projetos que a Marinha possuía ao longo da primeira metade do século XX, a Ilha da Rita representou a concretização possível na época. Entre pelo

menos cinco pontos estratégicos de defesa no extenso litoral brasileiro, apontados como tão necessários à Marinha de Guerra, a Ilha da Rita fora a opção escolhida para tal investimento. Ainda, as questões aqui desenvolvidas apontaram para o fato de que a tomada de decisão sobre a escolha do local para a efetivação da base naval a ser construída tenha sido baseada nas preocupações de ordem política relacionadas à presença de núcleos de imigração germânica em Santa Catarina, principalmente na região nordeste do estado.

Abordando questões de Defesa e Segurança Nacional, foi possível compreender melhor as ações da Marinha do Brasil relacionadas à educação, civismo e nacionalismo em Santa Catarina e, em especial, em São Francisco do Sul, no período entre guerras. Acredita-se que essas ações estiveram diretamente ligadas à presença de núcleos de imigrantes de origem germânica na região e cuja população mantinha intensas relações com a Alemanha, muitas das quais se davam pelo porto de São Francisco do Sul. Sabe-se que a contenção de mobilizações sociais no ambiente interno geralmente fica sob responsabilidade do Exército, mas entende-se que os problemas internos também levaram a Marinha a se sentir responsável por tais ações. Dessa forma, a idealização de uma base naval nesse espaço surgiu em dois momentos (1918 e 1937) e, salvo as diferenças políticas, econômicas e sociais de cada período, uma preocupação particular emergiu em ambos: o chamado “perigo alemão”.

Problemas financeiros atrapalharam maiores investimentos no desenvolvimento de uma autonomia da Marinha brasileira no início do século XX, mas diante das dificuldades, outras ações de defesa que não associadas à indústria naval e a investimentos militares se desenvolveram no país, principalmente no pós-Primeira Guerra, com a Nacionalização da Pesca na década de 1920. Desse modo, os pescadores são inseridos na lógica de defesa do Brasil em proposta que consistia na criação de colônia de pescadores e na construção de escolas para a educação dos jovens praianos que então foram vistos como “futuros marinheiros”. Era a Marinha criando condições simbólicas e práticas de marcação do território, assegurando uma vigilância economicamente mais viável; ainda, algumas evidências documentais apontam para um possível apreço para com a região, mesmo passado as preocupações da Guerra alguns anos antes.

Diante de um cenário político internacional de ideologias às vezes polarizadas e outras semelhantes, apontou-se aqui a existência de certa confusão sobre as simpatias políticas do Nazismo e do Integralismo, ambos com características fascistas e que se tornaram bastante atrativos para as populações urbanas que se desenvolviam na década de 1930 e que os próprios integrantes desses movimentos, em lugares como Santa Catarina, aproximaram-se no

sentido da busca de uma identificação com a pátria diante de recorrente discurso nacionalista depois da ocorrência da Primeira Guerra Mundial. Compreende-se que a grande adesão de catarinenses à AIB mostrou-se como uma ameaça à segurança nacional.

Portanto, aponta-se aqui que a efetivação de uma Base Naval na Ilha da Rita esteve relacionada à montagem de um sistema de vigilância e controle sobre a região, por meios militares, do qual versou sobre condições internas frente ao cenário político internacional da primeira metade do século XX. Viu-se que devido a dificuldades financeiras e de condições tecnológicas, nem sempre as estratégias saíram do papel, como em 1918, do qual se chegou a pensar no local como apropriado para a Grande Base Naval brasileira.

Dessa maneira, a eleição do local não fora somente dada pelas condições geográficas de aporte portuário da baía da Babitonga, mas que elementos de ordem política e sociocultural acenaram para efetivação de medidas preventivas e de intervenção na ordem social. Ao levantar essas questões por meio desse objeto de estudo fornece-se subsídios para percebê-la enquanto um patrimônio cultural, e também de reavivar memórias que se referem a importantes momentos da História do Brasil, como também que seus questionamentos podem servir de reflexão tanto ao presente quanto ao futuro.

O Patrimônio Cultural e sua natureza interdisciplinar permitiu perpassar sobre vários pontos de vista, mas essa amplitude de possibilidades não impediu de traçar um foco de análise, ou seja, o olhar sobre as questões políticas que cercaram a idealização e realização da Base Naval da Ilha da Rita, o que permitiu explorar ainda mais as memórias referentes a esse patrimônio.

Na perspectiva da importância da História para a preservação do patrimônio da Ilha da Rita, entende-se que suas memórias e o patrimônio material ali existente já são um Patrimônio Cultural para a população local, e que os novos elementos históricos encontrados podem ampliar a dimensão desse patrimônio para uma abrangência nacional. Uma das possibilidades que se desenha seria do uso público desse patrimônio para contar essa história, parte muito importante da história do Brasil, pois há outras unidades relacionadas às Forças Armadas, no Brasil como um todo e que também estiveram envolvidas com as questões abordadas nesta dissertação, mas nenhuma delas as conta. Assim, acredita-se que essas histórias justifiquem a preservação e conservação desse patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

### *Bibliográficas*

- ABREU, G. M. de. Política Externa e Defesa na primeira metade do século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 25-50, 2009.
- ALMEIDA, E. A. Fora do Eixo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: jan/2013.
- ALVES, V. C. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48 n. 1, p. 151-177, 2005.
- ARAÚJO, J. S. de. A construção do Poder Naval brasileiro no início do século XX: dos programas navais à grande guerra (1904-1917). **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 69-86, 2005.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- BILAC, O. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.
- BOHN, L. R. D. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita**: refletindo sobre identidades e herança cultural. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Joinville: Univille, 2010. 91 p.
- BONANATE, Segurança. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- BONETTI, J; BONETTI, C; HORN FILHO, N. e VIEIRA, C. Caracterização morfosedimentar e setorização do complexo estuário da Baía de Babitonga/SC. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, n. 62-63, p. 85-105, 2008.
- BREPOHL DE MAGALHÃES, M. D. **Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. 1ª. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- CARNEIRO, O **Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 1987.
- CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.
- COELHO, I. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.
- COELHO, I; S`THIAGO, R. S. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista da Univille**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-61, 2001.

CORRÊA, F. das G. A esquadra brasileira de 1942 e a Estratégia do Governo Vargas: o primeiro alinhamento político Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**. Rio de Janeiro: ano 3, n.27, 2008.

CYTRONIWZ, R; MAIO, M. C. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938) In: FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**: volume 2. O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DA MATTA, R. Você tem Cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/14467/material/voce%20tem%20cultura.pdf>> Acessado em 20 de julho de 2012.

DIETRICH, A. M. **Caça às suásticas em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Humanitas, 2007.

DONADIO, M. Visões estratégicas na América do Sul. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio (Org.). **Comparando a Defesa Sul-Americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

DURKHEIM, Emile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA L. & FORACCI, M. M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 13. Ed. São Paulo: Nacional, p. 34-48, 1987.

EAGLETON, T. Rumo a uma cultura comum. In: \_\_\_\_\_. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 159-184.

ELIAS, N. **Envolvimento e distanciamento**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

FALCÃO, L. F. **Entre o hoje e o amanhã**. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da Univali, 2000.

FAUSTINO, C. Notas sobre as políticas de defesa de Argentina, Brasil e Chile. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio (Org.). **Comparando a Defesa Sul-Americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

FERRARI, C. P. **A contribuição da teoria das Representações para o estudo do Patrimônio Cultural – O exemplo da Ilha da Rita/SC**. Joinville: Univille, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: p. 56-76, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GALINDO, M. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel E.; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. (Orgs.). **Inovação cultural, patrimônio e Educação**. Recife: Massangana, 2010.

GARCIA, E. V. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 23, n. 46, p. 173-200, 2003.

GERTZ, René. **O “perigo alemão”**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIOVANNI, G di. As estruturas elementares das políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 89, UNICAMP/NEPP, Campinas, 2009. Disponível em <<http://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>> Acessado em 12 de dezembro de 2012.

GOULARTI FILHO, A. A trajetória da Marinha Mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 247-278, 2010.

GONÇALVES, J. R. S. Objetos: coleções, museus e patrimônios. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **Coleção museu memória e cidadania**. Rio de Janeiro, 2006.

GUEDES, S. P. L. de C; OLIVEIRA NETO, W; OLSKA, M. G. **O exército e a cidade**. Joinville: Univille, 2008.

GUEDES, S.P.L.C. Acendem-se as luzes, transformam-se os monstros: considerações sobre o registro do imaginário popular. In: **Proposições Culturais**. Joinville: Ed. Univille, 2010.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22. n. 23. p. 261-263, jul-dez, 2006.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: O breve Século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2001.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003. 536p.

MEDEIROS FILHO, O. Defesa, segurança e percepções militares na América do Sul. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio (Org.). **Comparando a defesa Sul-Americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **História naval brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1985. v. 5. Tomo II.

MORIN, E. Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo 2. **NECROSE**. 2.ed. Rio Janeiro: Forense, p. 75 -106, 1986.

OLIVEIRA, A. Cá e Lá. **Histórias há: Mitos e Símbolos nas lendas de São Francisco do Sul e da ilha da Madeira**. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Joinville: Univille, 2010. 78 p.

OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Comparando a defesa Sul-Americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PANDOLFI, D. C. Os anos de 1930: as incertezas do regime. in: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PERAZZO, P. **O “perigo alemão” e a repressão policial do Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999.

PIRES, M. da C. F. Vitória no começo do século XX: Modernidade e modernização na construção da capital Capixaba. **SAECULUM - Revista de História**, João Pessoa, v. 14, 2006. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14\\_dos06\\_pires.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos06_pires.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2011.

PRESTES, A. L. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

QUEIROZ, M. I. P. de. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. In: **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 1, p. 18-31, 1989.

REIS, S. R. P. dos. **Carl Hoepcke A Marca de um pioneiro**. Florianópolis: Insular, 1999.

RIBAS, A. de L. O Nazismo em Santa Catarina. In: DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. **O punhal Nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado. 1944.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, F. dos. A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.1, n.2, p. 62-72, 2007.

SANTOS, M. S. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SEIBEL, N. T. **História do Porto de São Francisco do Sul**. São Francisco do Sul, 2012.

SEIBEL, N. T.; ARNHOLD, D. A. H., BERGER, A. **São Francisco do Sul, 500 anos, construções históricas**. Joinville: SPA, 2004.

SEYFERTH, G. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro de Giralda Seyferth. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999.

SILVA, A. C. **Histórias e lendas de São Francisco do Sul**. São Francisco do Sul: Editora Letradágua, 2004.

SILVA, A. E. de P. **A organização social da colônia de pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI-29), Estado do Maranhão**. 99 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SIMÕES, E. Submarino alemão da 2ª Guerra é encontrado no litoral de SC. Terra Networks Brasil, 15 de julho de 2011. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/submarino-alemao-da-2a-guerra-e-encontrado-no-litoral-de-sc,8628adb2075fa310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>> Acesso em 10 de novembro de 2012.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, D. O conceito de segurança humana e seu uso na América do Sul. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio (Org.). **Comparando a defesa sul-americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

TERRA WEB. Arqueólogos acham submarino nazista na costa de SC. 15 de julho de 2011. <http://noticias.terra.com.br/ciencia/pesquisa/arqueologos-acham-submarino-nazista-na-costa-de-sc,47585b6db16da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: jan/ 2012.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2007.

VERGOTINNI, G. Defesa. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

VIDIGAL, A. A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VOGT, P. O. “O alemanismo e “o “perigo alemão”” na literatura brasileira da primeira metade do século XX”. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 225-258, 2007.

WIKIPEDIA. [http://de.wikipedia.org/wiki/SMS\\_Panther\\_\(1901\)](http://de.wikipedia.org/wiki/SMS_Panther_(1901)). Acesso em: Nov/2011

WELFORD, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZANELATTO, J. H. O nazismo e o integralismo em Santa Catarina. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300371128\\_ARQUIVO\\_ONazismoeIntegralismoemSantaCatarina.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300371128_ARQUIVO_ONazismoeIntegralismoemSantaCatarina.pdf). acesso em: jul/2011.

### *Documentais*

#### *Arquivo do Estado de Santa Catarina – AESC*

MINISTÉRIO DA GUERRA. Comunicação entre a 5 região militar e o interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, em 26 de setembro de 1939.

ESTADO DE SANTA CATARINA, 1938.

#### *Arquivo Nacional*

BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria de Navegação, Rio de São Francisco do Sul, 1924.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Dossiê sobre atividades nazistas na cidade de Joinville. Florianópolis, 1942.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Marinha. Dossiê do Projeto de Criação do Ministério da Defesa Nacional - registro parcial, e relatório de Raul Tavares sobre o projeto. Rio de Janeiro, 1931. (42/17.6)

*Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados*

VARGAS, G. D. A nova política do Brasil. J. Olympio, Rio de Janeiro, 1938-1943. 9 v. il. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>, acessado em 5 de novembro de 2012.

BRASIL. Decreto n. 24.215 de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>, acessado em: 16 de dezembro de 2012.

*Colônia de Pescadores Z-02*

A VOZ DO MAR. n. 30. Discurso do prefeito de Mangaratiba na colônia Z-31, em 1924.

A VOZ DO MAR, 12 de abril de 1922.

*Museu Histórico de São Francisco do Sul*

A RAZÃO. São Francisco do Sul, 31 de dezembro de 1918.

A RAZÃO. São Francisco do Sul, 11 de abril de 1918.

A RAZÃO. São Francisco do Sul, Set/ 1918.

DELEGACIA AUXILIAR DE SÃO FRANCISCO. Relação dos súditos do Eixo em São Francisco do Sul, 1943.

MUSEU HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Foto sobre os detalhes do processo de construção da Base Naval da Ilha da Rita, 1938.

MARINHA. Folheto educativo elaborado pela Marinha durante a Segunda Guerra Mundial, para distribuição junto aos pescadores do litoral brasileiro de como identificar um submarino alemão. 1943.

*Museu Nacional do Mar*

COSTA, Affonso. **A Marinha mercante: o problema da actualidade.** Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

GIAMBERARDINO, O. **A arte de Guerra no Mar.** Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

VILLAR, F. **A Nacionalização da Pesca – Regulamentação dos seus serviços.** Rio de Janeiro: Typo Litografica de São Sebastião, 1924.

*Serviço de documentação da Marinha – SDM*

MINISTÉRIO DA MARINHA. Serviço de Administração e Tombamento dos próprios nacionais. 15.º despacho, n. 0126. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1967.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Anexo B, do 9. Despacho n. 090. De 8.8.67, da DelCP- SFco-Sul. Assunto: Desativação da Ilha da Rita.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório do Ministro da Marinha ao Presidente da República, de 1918.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Comissão Técnica e de Fiscalização de Obras da Ilha de Cobras. N. 33-M. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1930.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório da Base Naval de Combustível de São Francisco apresentado pelo Capitão Tenente Álvaro Pereira.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Algumas noções sobre a construção de bases navais. 1955.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório de reintegração da Ilha da Rita para a marinha. 1997.

MARINHA. Foto do pórtico da Base Naval da Ilha da Rita/ SFS, 1940. Álbum: Ilha da Rita.

ESTADO MAIOR DA ARMADA. Acompanhamento e avaliação do plano de ação, Brasília: 4 de novembro de 1997. JA/MF/22/T

*Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE*

GUEDES, Sandra. P. L. de C. (Org.). **O Patrimônio Cultural da Ilha da Rita/SC**: estudos prévios para sua revitalização e preservação. Projeto de Pesquisa aprovado no Edital MCT/CNPq N. 014/2010, 2010.

UNIVILLE. Foto da vista aérea da Base Naval Ilha da Rita/SFS. Acervo LHO.

*Universidade de Chicago*

PROVINCIA DE SANTA CATARINA. Relatório de Ministro da província. Felipe Schmidt. 1917. Disponível em < <http://www.crl.edu/brazil> > acesso em 5 de dezembro de 2012.

MINISTÉRIO DA MARINHA, Relatório de Ministro ao Presidente da República. 1940. Disponível em < <http://www.crl.edu/brazil> > acesso em 23 de julho de 2012.